

AMY JOSEPHINE WESTHROP

## **LEMBRAR É RE-EXISTIR:**

**uma experiência anarquista de intervenções urbanas no Rio de Janeiro**

Trabalho de conclusão apresentado do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Cecília Campello de Amaral Mello

Rio de Janeiro  
2014

[FICHA]

## AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente o grupo NexA para ter me cedido sua atenção e carinho para realizar este trabalho.

Agradeço a orientação e paciência da Professora Cecília Campello do Amaral Mello.

Agradeço também meu companheiro que me apoiou tanto durante o curso de Especialização.

## RESUMO

A cada dia a impressão que se tem é de que a cidade do Rio de Janeiro é gerida por políticas urbanas autoritárias e não participativas. Atualmente, temos observado o uso do espaço urbano como forma de resistência ou desconstrução de paradigmas políticos através de alguns movimentos sociais. O trabalho que agora se apresenta pretende discutir a atuação do grupo NexA (Núcleo de Experimentações Anarquistas), que procura questionar este contexto atual urbano através de uma intervenção direta no espaço urbano. Procuraremos discutir as percepções e discussões deste grupo e também suas práticas, através das intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, especificamente o “*Lembrar é Re-existir*”, onde o grupo em questão realiza a fixação de placas em locais onde pessoas desaparecidas ou mortas no período da ditadura civil-militar foram vistas pela última vez. São discutidas questões acerca do processo de criação de verdades e o debate sobre a institucionalização deste tipo de intervenção. Discutiremos como este tipo de intervenção, que trata da repressão e resistência do passado, fundamentada nas ideias do grupo sobre prazer, liberdade e ativismo (jogo de palavras com a junção da palavra arte e ativismo), pode exercer uma influência, na cidade quando a mesma parece ser administrada por uma gestão empresarial em um modelo de planejamento que produz menos espaços urbanos realmente públicos e muito mais favorecedores da esfera financeira e do capital privado.

Palavras Chaves: Movimentos sociais urbanos. Intervenções urbanas. Anarquismo, Autoritarismo. Ditadura civil-militar.

## ABSTRACT

Increasingly the city of Rio de Janeiro is managed by authoritarian urban policies, which limit any participation. Recently, however, we have seen the use of the urban as a form of resistance of deconstruction of political paradigms by social movements. This essay intends to discuss the work carried out by NexA - Nucleus of Anarchist Experimentations that looks to question the current urban context through direct interventions in the urban space. Here we look to discuss the perceptions and discussions of this group and their urban interventions in Rio de Janeiro; specifically the intervention called To Remember is to Re-exist, where the group puts signs where those killed or disappeared during the dictatorship were last seen. Issues such as the process of the creation of truths and the debate concerning the institutionalisation of this type of activity. Finally, we will discuss how this type of intervention, related to repression and resistance of the past, based on the groups ideas of pleasure, freedom and activism (a word which plays with the words art and activism), can also have an impact on the city that currently seems to be administrated by business style management with policies and planning that produce increasingly less real public urban spaces, instead a city which favours the financial sphere and private capital.

Key words: Urban social movements. Urban interventions. Anarchism. Authoritarianism. Brazilian Dictatorship.

## SÚMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	7
As Intervenções	7
O Grupo	10
As placas	11
<b>‘SEM TESÃO, NÃO HÁ SOLUÇÃO’</b>	17
<b>QUEM TEM MEDO DA VERDADE?</b>	25
<b>“EL QUE PERDURE ES EL QUE VIENE ESPONTANEAMENTE”</b>	31
<b>“BLOCO DE ORDEM”</b>	40
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	48
<b>REFÊNCIAS</b>	53

# 1. Introdução

## As Intervenções

Sábado, 2 de novembro 2013, Dia dos Mortos

Cerca de 3 horas da tarde, recebo uma ligação de F. me convidando para participar de duas intervenções naquele dia. Uma projeção de um filme na Rua do Lavradio do coletivo *Cinecicle*, um coletivo que projeta filmes nos prédios no centro do Rio de Janeiro, com todo o equipamento necessário instalado numa bicicleta. Este evento seria seguido pela colocação de uma placa próxima ao local. Eu teria que estar na esquina da Rua do Lavradio com a Rua do Senado às 19hs.

Cheguei ao local neste horário, uma noite quente da primavera carioca. A Rua do Lavradio estava cheia de pessoas, vendo e comprando coisas na Feira que ali ocorre todo primeiro sábado de cada mês. Muitas pessoas estavam indo embora para outros lados da cidade, mas ainda haviam pessoas chegando. Depois de meia hora, e sem sinal do grupo, andei pela Rua do Lavradio, passando pelas barracas e restaurantes agitados. Quando cheguei na esquina com Rua da Relação, encontrei o grupo sentado numa escada, conversando e bebendo cerveja. Me aproximei de Felipe, que me cumprimentou e me apresentou às outras três pessoas do “NexA” (Núcleo de Experimentações Anarquistas), o grupo que faz as intervenções de Lembrar é Re-existir. Felipe já havia mencionado para eles que eu queria estudá-los e eles me perguntaram várias coisas sobre este estudo, tentando já apresentar um pouco o trabalho do grupo. Além das 4 pessoas do NexA, haviam dois jovens, um amigo de Felipe, e três amigas de integrantes do grupo. Depois de esperar um pouco, as pessoas começaram a perguntar se a projeção do filme iria acontecer, já que não havia nenhum sinal da famosa bicicleta e já estava escuro. Então, mais ou menos às 20hs, depois de decidir que realmente não teria a projeção, o grupo de NexA explicou que iríamos colocar uma placa perto da Central do Brasil. Começamos, então, (nove pessoas no total) a andar até a Central do Brasil. Andamos na Rua do Senado em direção à Praça da República, enquanto nos distanciávamos da Rua do Lavradio, as ruas iam ficando cada vez mais vazias e quietas. Caminhávamos conversando em pequenos grupos e eu fiquei com um integrante e seu

colega dialogando sobre um projeto de fotografia que eles dois estavam realizando na área portuária. O grupo se chama Coletivo Fotografia Expandida, e realiza cursos de 'pinhole' uma técnica de fotografia que não precisa de máquinas eletrônicas de fotografia; passando o despovoado Campo Santana, atravessamos a Avenida Presidente Vargas, também bastante vazia em comparação aos dias de semana.

Paramos entre a Central do Brasil e o Palácio Duque de Caxias, próximos à entrada da estação do metrô. O grupo se juntou e Mano começou de ler um texto curto sobre Israel Tavares Roque. O baiano Israel Roque foi um militante do PCB, preso pela primeira vez ainda nos anos 50, teve a segunda prisão em 1964<sup>1</sup>. A placa foi instalada em frente a estes dois prédios, sendo este o local em que foi visto pela última vez no dia 15 de novembro de 1964, durante a ditadura militar. Depois de ler o texto, o grupo começou a discutir sobre onde a placa deveria ser colocada. Em um minuto, eles decidiram colocar numa árvore ao lado da entrada do metrô, exatamente em frente do Palácio de Duque de Caxias. A colocação da placa foi feita em questão de minutos e integrantes do grupo tiraram fotos da mesma em frente ao edifício do exército.

Dois soldados que faziam a ronda do local observaram toda a ação sem se aproximar. Primeiro observaram com um ar despreocupado, em seguida depois que a placa foi colocada, e enquanto as pessoas tiraram fotos, eles se aproximaram, mas não se dirigiram ao grupo. Quando deixamos o local, atravessando a Avenida Presidente Vargas, olhamos novamente e os dois soldados estavam lá lendo a placa.

O grupo pegou o metrô para Cinelândia afim de tomar uma cerveja e se despedirem.

Já no começo da semana seguinte a placa foi retirada<sup>2</sup>.

*Segunda, 5 de novembro 2013*

---

<sup>1</sup> Informação sobre o caso de Israel Tavares Roque está disponível no site da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/235>.

<sup>2</sup> No dia 4 de novembro a placa ainda estava no local, no facebook, foi compartilhado uma foto. Porém, já na segunda-feira foi informada que a placa não estava mais no local.



No dia 5 e 6 de novembro um seminário foi organizado sobre o antigo Dops-RJ, localizado no centro do Rio, na esquina com Rua dos Inválidos e Rua da Relação, próximo à Lapa. O local foi o edifício central da Polícia Civil desde 1920, e durante o século 20 um lugar de repressão de movimentos de resistência à ditadura. Durante a ditadura (1964-1988) militantes foram presos, interrogados e torturados nas dependências do DOPS. O seminário foi organizado pelo Grupo de Trabalho DOPS da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, do qual membros de movimentos sociais, ONGs, estudantes, professores universitários e também assessores da própria Comissão fazem parte. No seminário houveram mesas sobre a história do prédio e a criação de espaços de memória na América Latina, sendo que há uma esperança de tornar o espaço um ícone de memória de repressão e Resistência das lutas sociais e políticas. Também no dia 5 à tarde, em frente ao edifício, foram feitos depoimentos de antigos militantes presos e torturados neste local durante a ditadura.

O NexA já havia colocado uma placa no local, que falava sobre o DOPS como um lugar de tortura durante a ditadura civil militar. Esta placa foi retirada depois de alguns meses.

Alguém do Coletivo Cinecicle achou a placa e entrou em contato com o NexA. Eles decidiram re-colocar na noite do dia 5 de dezembro durante um ato com outros atores sociais, o Cinecicle e um grupo de pesquisadores de uma ONG do Rio (ISER).

Entre 17h e 19h um grupo de pessoas, estudantes, assessores, militantes da época, militantes jovens, e inclusive uma argentina do Archivo Provincial de Córdoba, um espaço de memória, nesta mesma cidade Argentina, ficaram sentadas nos botecos que ficam em frente ao prédio esperando escurecer.

A mais ou menos 19hs o grupo se dirigiu para o outro lado da rua, pegando as cadeiras que ainda estavam no local para a sessão de depoimentos.

As pessoas se juntaram enquanto o Cinecicle organizou a projeção de fotos, enquanto Felipe e um grupo de pessoas se juntaram em frente ao portão grande de ferro do DOPS. Felipe subiu e rapidamente colocou a placa azul no portão, ao lado das placas que dizem que será construído um museu da polícia civil. Mais uma vez uma colocação rápida já estava pronta. Felipe explicou sobre as fotos de dentro do edifício que foram tiradas durante uma visita, e que estavam sendo projetadas no próprio prédio. Depois, um vídeo curto, elaborado pela equipe do ISER, foi projetado, sobre o uso do DOPS, através das falas de três ex presos políticos que atualmente são ativistas do campo de direitos humanos.

Já no dia 27 de novembro o delegado Sérgio Caldas mandou retirar a placa do portão do prédio da Polícia Central (antigo DOPS).<sup>3</sup>

## O grupo

Em 2011 conheci este grupo através de suas intervenções urbanas de colocação de placa onde pessoas foram desaparecidas, mortas, ou vistas pela última vez durante a ditadura civil militar brasileira (1964 -1988).

Quatro pessoas participam ativamente do grupo neste momento. Duas mulheres e dois homens, entre vinte e oito e trinta e poucos anos. Todos têm ensino superior, três com graduação e uma com doutorado, cada um com uma profissão diferente, arquiteto, professor, assistente social e funcionária pública. Duas pessoas nasceram no Rio de Janeiro e duas em São Paulo.

O Coletivo se chama, *Núcleo de Experimentações Anarquistas (NexA)* e esta intervenção das placas se chama *Lembrar é Re-existir*. O nome veio de uma peça encenada no DOPS chamado “Lembrar é Resistir”, daí um dos integrantes do grupo pensar que o nome tinha que ter uma referência não só ao passado mas também ao presente, então Lembrar é Re-existir.

---

<sup>3</sup> Este fato foi informado no Facebook de um dos integrantes.

## As placas

As placas são colocadas nos locais onde pessoas desapareceram ou foram mortas, ou vistas pela última vez durante a ditadura civil militar no Brasil. Normalmente são colocados numa árvore ou poste perto do “acontecimento”.

São placas azuis com uma estética, ou layout bastante discreto, semelhante às placas “oficiais” indicativas de logradouros da cidade.



Figura 1: Placa colocada em frente do Palácio Duque de Caxias do desaparecido político Israel Tavares Roque.

Sempre com o nome da intervenção “Lembrar é Re Existir”, com informação sobre a pessoa ou evento, por exemplo na placa de Israel Tavares Roque está escrito:

*No dia 15/11/1964, foi visto pela última vez as imediações da Central do Brasil, ISRAEL TAVARES ROQUE (1929 - 1964/67), desaparecido após ser seqüestrado por cinco agentes da repressão do Estado brasileiro da Ditadura Civil-Militar.*

Na placa do DOPS leia-se:

*Aqui neste prédio da Polícia Civil-RJ, situado na rua da Relação, funcionou a sede Polícia Central e posteriormente as instalações do DOPS-GB, uma das principais instituições repressivas da Ditadura Civil-Militar brasileira, sendo responsável por inúmeros sequestros, desaparecimentos, torturas e assassinatos.*

O texto é sempre finalizado com a seguinte frase: *“Aceitar a tortura no passado é se conformar com a tortura no presente. Pelo direito à memória e a verdade!”*

As placas não ficam no lugar por muito tempo, (até hoje só duas placas permaneceram nos locais<sup>4</sup>) sendo logo retiradas pelo poder público, instituições militares ou por manobras de caminhões. As duas placas mencionadas no começo mostram isso. A placa de Israel Tavares Roque foi registrada por foto no dia 4 de novembro ainda no lugar, já naquela semana foi retirada. A placa sobre o DOPS foi retirada duas vezes, a segunda vez ficando no local por semanas, depois sendo retirada pela própria polícia civil.

***“Toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com sua própria.”***<sup>5</sup>

Mas porque estudar um grupo tão pequeno, tão minoritário, que pretende colocar placas que, a maior parte do tempo, não duram muito no local? O que isso tem a ver com estudar a cidade, especificamente as cidades brasileiras e do Rio de Janeiro, estudar a política, estudar movimentos sociais e ativismo? Um grupo tão pequeno fazendo um trabalho que parece tão insignificante.

Por um lado, defendo aqui que ser um grupo pequeno ou minoritário não equivale a ser insignificante. Por outro lado porque ciências sociais, especificamente, antropologia nunca se negou de estudar grupos sociais minoritários, na verdade acredita-se que a academia

<sup>4</sup> Naquela época (novembro de 2013) ainda permaneceram a placa de Raul Nin na Glória e a placa Avenida 28 de Setembro na Tijuca sobre Luiz Paulo da Cruz.

<sup>5</sup> Tradução minha, “Every understanding of another culture is an experiment with one’s own” Roy Wagner, em “Nativo Relativo”, p.124 (2002)

deve estudar estes grupos para que compreenda-se cada vez melhor nossa própria sociedade. Cada grupo ou coletivo tem seus pensamentos, seus conceitos sobre a sua atuação e seu campo. Com este grupo temos a possibilidade de conhecer outras maneiras de ver o campo e o mundo.

Como coloca Viveiros de Castro:

A “arte da antropologia” (Gell 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa. É exatamente por isso que o postulado da continuidade dos procedimentos é um imperativo epistemológico” (2002, p.115)

É importante ver o sujeito, aqui o grupo NexA, “antes de ser sujeito ou objeto” como “a expressão de um mundo possível” (Ibid., p.117). Os pensamentos e discussões deste grupo exprimem uma determinada concepção de mundo minoritária, as quais são necessárias não tanto para analisar ou explicar mas para, multiplicar e experimentar:

“Se há algo que cabe de direito à antropologia não é certamente a tarefa de *explicar o mundo de outrem*, mas a de *multiplicar nosso mundo*, “povoando-o de todos estes exprimidos que não existem fora de suas expressões” (2002, 132)

O estudo deste grupo possibilitou conhecer um outro mundo possível. Por mais que já conhecesse o trabalho do grupo anteriormente<sup>6</sup>, eu não estava ciente do mundo de discussão e concepções que estavam (e estão) por trás destas intervenções urbanas.

Como o grupo trabalha exatamente com as questões das quais eu estava querendo entender, as concepções a partir das quais eles se baseiam seus trabalhos são exatamente contra o tipo de cidade que está sendo desenvolvida atualmente. O poder público e suas políticas urbanas, valorizam o empreendedorismo, a cidade sendo vista como um produto para vender no mercado globalizado. Em vez de uma cidade participativa, temos visto a repressão não só dos movimentos sociais mas também do próprio uso do espaço urbano. O NexA mostra uma tentativa de abrir uma discussão para criticar este tipo de cidade e mostra uma certa “pré-configuração do mundo que

---

<sup>6</sup> Conheci um integrante do grupo através de um outro movimento, o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, um grupo que integro e acompanho através do trabalho no Instituto de Estudos da Religião (ISER) uma organização não governamental de pesquisa na área de direitos humanos. O nosso projeto pretende acompanhar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e também os movimentos sociais do Rio de Janeiro engajados no campo: direitos de memória, verdade e justiça.

queremos” (STARHAWK 2002, p. 100). Starhawk, no seu trabalho discorre acerca dos movimentos sociais e suas atividades que lutam contra a globalização do mundo e as suas consequências especificamente na América do Norte e as manifestações em várias cidades, Quebec e Seattle por exemplo. Na parte citada ela trata do desenvolvimento no começo dos anos 2000 do “ação direta emancipada<sup>7</sup>”. Para a autora, a meta da “ação direta emancipada” é fazer pessoas acreditar que um mundo melhor é possível, e que algo pode ser feita para criá-lo. Para ela, “não simplesmente tem o papel de rejeitar ou restringir certas táticas mas tenta buscar ações que preconfiguram e incorporam o mundo que queremos criar, “usa símbolos de forma hábil, mas é mais que simbólico, consegue atrapalhar as operações de opressão e representa alternativas confrontantes” (STARHAWK 2002, p.99).

É interessante também estudar o grupo NexA no contexto brasileiro de movimentos sociais. Desde a volta da democracia no final dos anos oitenta e também o aprofundamento das políticas neoliberais a organização dos movimentos tem se transformado. De um lado o contexto da questão social mudou, vimos o surgimento de outros atores e grupos especificamente na forma das organizações não governamentais (ONGs) e o terceiro setor. As quais começaram a trabalhar diretamente ou indiretamente com o Estado, que de um lado diminuía o espaço entre ele e a sociedade, enquanto o mesmo e suas políticas públicas ganharam destaque na organização de grupos sociais (GOHN 2010, p.12). Quem era pobre começou de ser dividido em sub-grupos, não só de status econômico mas a unidade de atendimento passou a ser um indivíduo ou uma família, e não mais o grupo social que demandava (GOHN 2010, p. 23). Isto significa para muitos movimentos o enfraquecimento de força de mobilização para direitos sociais e políticos (GOHN 2010, p. 23). De outro lado cada vez mais “passou a imperar um modismo, que tenta se desvencilhar de imagens movimentalistas dos anos oitenta e construir novas representações, agora ativas e propositivas “articulações em redes”” (GOHN 2010, p.12). Com estas duas mudanças (entre outras que não temos como discorrer aqui), a sociedade organizada fica mais orientada por outros eixos, nos anos noventa e no começo deste século, “focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos [...] e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de

---

<sup>7</sup> Traduzido do inglês – “*empowered direct action*”.

cor, raça, idade, gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas etc., além de fóruns, conselhos, câmaras etc, que compõem o novo quadro de associativismo brasileiro” (GOHN 2010, p.12). O grupo NexA não se coloca nestes “novos eixos”, mas pretende discutir questões contemporâneas para elaborar e praticar intervenções que buscam mudar o cotidiano na/da cidade e seus moradores, mesmo que momentaneamente. Acredito que isso vem muito mais de pressupostos ideológicos e políticos que de uma organização com os eixos citados acima. Contudo, mais uma razão para estudar um grupo que não se enquadra na literatura contemporânea sobre movimentos sociais brasileiros. Claro que inclusive no ano de 2013 tivemos a chamada “volta às ruas” de vários movimentos e indivíduos, as Manifestações de Junho e também de Julho mostraram uma grande insatisfação de segmentos da população brasileira. O interessante foi não só a volta dos “movimentos”, que na verdade nunca parou durante todos estes anos, mas a multidão de indivíduos e pequenos grupos e suas reclamações ao Estado e propostas para as mudanças da sociedade. Acredito que num momento onde se evidenciaram as transformações políticas e econômicas dos últimos anos mudando a organização da sociedade civil (organizada) é muito importante refletir sobre um grupo que pretende questionar o que sucede na sociedade, economia, política e nas cidades brasileiras.

As placas também mostram algo importante. Elas não duram muito na rua onde são colocadas pelo grupo. Por quê? Por quem são retiradas? A retirada das placas mostra como este tipo de atuação incomoda certos segmentos da sociedade, seja o governo municipal e seu desejo de ordem pública, sejam parcelas da sociedade civil que não gostam da informação que ali está. Como Roberto Freire e Fausto Brito colocaram, ainda na ditadura civil militar: “O consenso é sempre parente do autoritarismo e da injustiça social, é o próprio de uma situação onde não há espaço para cada um construir sua liberdade” (1984, p. 23).

É importante mencionar como o próprio contexto da cidade do Rio de Janeiro também dificulta este tipo de atuação na cidade. Há uma forte repressão da ocupação do espaço urbano através das políticas de *Ordem Pública* do atual governo municipal. Isto vem, claro, de uma história de repressão nas ruas cariocas, algo que vem sendo

construído durante muitos anos, e não é um fenômeno novo, deste governo. Fazer qualquer coisa que não seja regular ou formal é tido como algo proibido, até criminoso. O fato destas pessoas conseguirem fazer uma intervenção deste tipo é um fato em si importante e interessante de ser analisado.

Portanto, neste trabalho, procuramos entender a atuação do grupo de NexA e o pensamento que eles têm produzido sobre a sua atuação. Procuraremos explorar as práticas e a reflexão do grupo a respeito de suas ações. Em seguida focamos em dois pontos importantes sobre o trabalho das intervenções das placas, primeiro visando discutir como esta atuação funciona sendo um mecanismo de disputa em um campo de produção de verdades e, segundo, a questão do significado político da não-permanência das placas, comparando as discussões e a prática do NexA com a mesma dos Situacionistas<sup>8</sup>. E finalmente analisamos como as intervenções colocam em cheque os consensos sobre a cidade no momento atual de política e planejamento urbano no Rio de Janeiro.

---

<sup>8</sup> A Internacional Situacionist era um grupo de ativistas, pensadores e artistas que lutavam contra a espetacularização na cidade, contra a não-participação e a alienação da sociedade através de intervenções urbanas especificamente nos anos 50 e 60 (JAQUES 2003).



## “Sem tesão, não há solução”

Então nós passamos 2011 fazendo as “verdades existentes” e acabamos desejando fazer algo mais corporal, mais na rua, movimentar-se de outra forma e teve um dado que foi bem pessoal.... do que estava morando aqui perto na Glória, da gente frequentar muito o Chico que é esta pizzaria que tem aqui perto, e de ter em frente ao Chico a casa onde meu tio foi preso. Aí no começo de 2012 fui para Argentina e lá na Argentina vi vários lugares que também tinham este tipo de sinalização na rua. “Aqui foi preso tal pessoa”, e aquilo era uma coisa muito marcante. O endereço, as histórias, e quando eu ia lá com meu pai sempre contava a mesma história, foi aqui que não sei o que, então teve essa movimentação. E daí surgiu a ideia, juntou na verdade, juntou tudo né, surgiu a ideia de fazer esta cartografia dos mortos e desaparecidos do Rio, e muito porque a gente queria, estava esse processo da Comissão da Verdade, e já tínhamos discutido isso nas “verdades existentes”, a gente tinha uma vontade de fazer algo sobre isso. (NEXA 2013)

O Grupo NexA, foi criado em 2009, surgindo de um outro grupo chamado SOMA, que é uma terapia corporal desenvolvida nos anos 70 por Roberto Freire. Esse tipo de terapia entende que o trabalho da psicanálise tem um limite: a dimensão não-racional e corporal das neuroses. Então, tratava-se de desenvolver um trabalho analítico que incluísse o corpo, entendido para além da antítese clássica corpo-alma, mas como dimensão em que estão inscritos os males da alma. Da mesma forma, busca-se superar a ideia de que a política é algo para além dos indivíduos, assumindo-se que as relações de poder se constituem a partir de relações infra-individuais ou subjetivas. Como explica um integrante do grupo:

Então era uma terapia coletiva que tem dois grandes, dois eixos assim conceituais e metodológicos fortes que é o trabalho corporal, entendimento de que as dificuldades emocionais enfim as chamadas neuroses, elas também estão localizadas...como um foco de trabalho também não só analítico como a psicanálise de um entendimento racional uma compreensão, mas há a necessidade também de se pesquisar e entender um pouco de que maneira ela também se instala no próprio corpo e que seria interessante trabalhar também corporalmente, não só mentalmente. E outro eixo é um eixo de forte conotação política, que é o entendimento de que somos sujeitos inseridos numa luta inevitável, política né, seres gregários, e seres políticos inevitavelmente e de entender que jogos políticos também estão associados as dificuldades que a gente vive, seja no trabalho, afetivamente, nas amizades e tudo mais. (NEXA 2013)

Desde 2004, um dos membros do NexA estava procurando outras maneiras de trabalhar com estas questões, mas não só com o como da “psi” mas também com ativismo, ou que eles colocam também como “artivismo”:

Então hoje, inclusive um grande amigo que está morando em Londres, [...] a gente está trabalhando dentro dessa perspectiva, uma perspectiva de pesquisa, de pensar o ativismo ou o que a gente chama de “ativismo”, um outro eixo que eu não falei e que é também muito importante, é que essa terapia ela surge dentro...num momento que o Roberto [Freire] estava trabalhando muito com o teatro, com a arte de modo geral, então na verdade ele trabalhava como psicanalista, e abandona a psicanálise por várias discordâncias e começa a trabalhar com preparação corporal para atores e é nesse momento quando ele faz um monte de exercícios, e de jogos, lúdicos e enfim, pra preparar atores para um espetáculo né, é que ele começa a pesquisar a potência de movimentos e de experiências corporais e como elas iam para além do que era necessário para a cena em si, para.....havia uma espécie de umas descobertas ou transformações que eram para além da preparação corporal desses atores, então a gente, [...] nos interessamos muito mais nesses dois eixos, deixando o eixo psicológico um pouco de lado e tentando recuperar e pensar qual a potência dessa questão da arte hoje e essa relação com a política. (NEXA 2013)

O Núcleo de experimentações Anárquicas (NexA) então tem sua inspiração principalmente no trabalho de Roberto Freire e sua terapia chamada SOMA, colocando como fundamental a busca de aproximação entre a arte e a política.

Roberto Freire foi um anarquista, militante durante a ditadura civil militar, preso e torturado, que trabalhou com psicanálise e teatro, que em 1971 começou a estudar um método terapêutico alternativo, especificamente através do estudo do trabalho de Wilhelm Reich e nas teorias e práticas anarquistas, nos quais a liberdade é tida como fundamental. Como Roberto Freire e Fausto Brito colocam no livro *Utopia e Paixão: A política do cotidiano*:

A liberdade, é pois, uma necessidade natural, mas poder ser livre é uma conquista social, assim como a cultura.

Então, o exercício da política [...] no cotidiano é um exercício de criação e recriação do espaço para a nossa liberdade.

A busca de um novo modo de organizar a vida social, fundado na liberdade, tem de ser realizado na procura ininterrupta a nossa própria e atual liberdade. (1984, p. 17)

O trabalho de Roberto Freire misturava o teatro e a militância, juntando as artes e a política. De um lado porque a política não deve se separada da vida cotidiana e de outro usando as artes como maneira de achar formas originais de transformar a sociedade, a força transformadora só virará “pelos caminhos da originalidade” (FREIRE E BRITO 1984, p.22). Aqui o NexA coloca este tipo de ligação entre arte e política como “ativismo” como alternativa a outras maneiras de se manifestar.

A busca de criar e recriar ativismo baseado nos pensamentos libertários ou “ativismo” é para o NexA importante para a produção de uma outra maneira de se manifestar que se diferencia do tradicional.

*Por que o tema da ditadura civil militar e as placas?*

Como vimos na primeira fala desta parte, o grupo coloca como importante estudar, debater questões e temas antes de fazer as intervenções, há sempre uma tentativa no grupo de aproximar a teoria e a prática.

Em 2011 o grupo realizou um ciclo de encontros chamado “Verdades e Existências”. Os encontros foram abertos e divulgados tendo como participantes profissionais da área de direitos humanos, ativistas e estudantes e procuraram discutir temas atuais da sociedade brasileira. Neste ciclo foram dois os eventos que se aproximaram, um sobre a Comissão Nacional da Verdade e outro sobre a cartografia. Como coloca a Vera:

Essa discussão toda acabou nos afetando bastante, trazendo muito interesse e a gente pensou então - bom já que agora estamos fazendo várias oficinas pra falar, ler, discutir que tal então trazermos esse eixo da Comissão Nacional da Verdade e outro eixo foi também de Cartografias, eles acabaram numa discussão da Cartografia vindo da Geografia que é um tema que cabe ao Manu que é Geógrafo, vem de como os mapas, as cartografias elas iniciam nessa questão das guerras e dentro de uma, de um conceito mais geográfico e passam pela história e vão chegar até na própria Cartografia Deleuziana que é também uma cartografia mais subjetiva, e do que vai dentro da própria questão da arquitetura também, do que vai pro mapa e o que não está no mapa, que opções são essas e nomear pontos e outras estratégias, de guerra e de lutas que estão presentes em todas essas disciplinas. Então as cartografias e a Comissão Nacional da Verdade se uniram num tema mais próximo que a gente elegeu para então fazer uma próxima intervenção nas ruas que é o objetivo do NexA. (NEXA 2013)

Na procura de fazer algo político, algo “artístico”, algo que Felipe define como algo “mais corporal, na rua”, desde 2011, o NexA tem sua principal atuação através da colocação das placas onde as pessoas foram desaparecidas, mortas ou vistas pela última vez durante a ditadura civil militar.

Mas por que fazer este tipo de intervenção? Atualmente na cidade do Rio de Janeiro há alguns grupos que atuam e tem atuado no âmbito da memória, verdade e justiça sobre a ditadura civil militar de 1964 a 1988. Principalmente, o Grupo Tortura Nunca Mais e o Coletivo RJ – Memória, Verdade e Justiça integrados principalmente por

ex-presos políticos e familiares de desaparecidos políticos. Estes dois grupos realizam eventos e manifestações, usando ferramentas “tradicionais” (notas públicas, petições, panfletos, lobbying) para lutar pela memória, verdade e justiça. Mas recentemente tem também a atuação do movimento Levante Popular da Juventude que principalmente no ano de 2012 fez os chamados “escrachos”. O escracho veio do trabalho do grupo HIJOS de Argentina que durante os anos noventa ia em frente das casas de torturadores e faziam manifestações. O Levante Popular da Juventude, um movimento nacional, faz isto no Brasil, durante a Cúpula dos Povos, por exemplo, foi feito um escracho em frente da casa de Dulene Aleixo Garcez dos Reis, que torturou e assassinou militantes nas dependências do DOI-CODI, na Tijuca (ESCRACHO 2012). Por que então não se manifestam como estes grupos atuais que tratam da memória, verdade e justiça?

São vários aspectos que foram levantados pelo grupo. Normalmente eles fizeram a comparação entre a sua atuação e os *escrachos*<sup>9</sup>. Primeiro, várias vezes colocam sua preocupação sobre a “repetição” dos movimentos sociais, como algo que não funciona para NexA:

Tem algo, que é eu acho da NexA, de pensar e tentar praticar outras formas de ... política e tem essa questão do ativismo. E acho que ficou muito claro, para vocês que estavam no escracho, mas a gente teve em outros momentos também, de como na verdade eles acabam repetindo uma estrutura, os grupos que fazem parte hoje, principalmente no Rio de Janeiro, fazem parte dos escrachos, acabam vindo um pouco na esteira em que grupos dos anos 70, 80 vem fazendo e é uma coisa que a gente não se encaixava. (NEXA 2013)

Eu acho que isso é o que F. estava falando de como ainda hoje, mesmo nos jovens, ainda temos uma facilidade muito grande em repetir um tipo de militância que aquele [começa a gritar estilo exército] 1, 2, 3, dadadada, que é também bem militaresco, em que, e que onde ele coloca a diferença entre um socialismo libertário e um socialismo mais tradicional, né, ou mais racional, de errr, e perigoso para as anarquistas, [...] desde a primeira Internacional até hoje, de como há um alerta que os anarquistas sempre colocaram da, dos caminhos que levam você a produzir uma outra ditadura de chegar ao poder, e esse aí era o objetivo, havia esta ideia de um paraíso depois da ditadura, do proletariado mas que a história mostrou outras questões [...] Não nos interessa, a gente não gosta, quando a gente foi no escracho e viu essa coisa de megafone [gritando] “companheiros vamos..” A gente já começa a ficar mal acomodado porque é o mesmo discurso de sempre, a mesma repetição, e que não acho sedutor, não acho prazeroso, não acho criativo, não acho inovador, não acho que comunique, que seja pedagógico, no bom sentido do termo. (NEXA 2013)

---

<sup>9</sup> Isto pode ter duas razões, primeiro que a outra pessoa presente neste momento foi uma pesquisadora cujo foco era os escrachos no Brasil feitos nos últimos anos e segundo, no âmbito da memória, verdade e justiça no Rio de Janeiro, naquele momento, era a única outra intervenção feita.

Essas falas introduzem muitos aspectos sobre o porquê do NexA procurar outras maneiras de se manifestar, de fazer ativismo, de fazer política. Há por exemplo, a necessidade de sempre procurar algo inovador, algo que não repete os hábitos anteriores dos movimentos sociais, especialmente os hábitos, mais “militarescos” dos movimentos socialistas. Alguém do grupo coloca por exemplo que as suas discussões e debates ajudam em procurar alternativas inovadoras. Para eles, essa inovação também tem a proposta de lutar a favor de algo e não contra algo, isto é, trata-se de uma luta afirmativa e não reativa:

Eu acho que uma diferença muito forte é a diferença entre você lutar a favor de algo e lutar contra algo. Em nosso entendimento, nós concluímos que o escracho é você lutar contra esse inimigo, essa pessoa, esse ideal, essa ideologia e **a colocação das placas ela traz um sentido de lutar a favor dessa resistência, desta militância, destas pessoas, deste sonho de liberdade.** Eu acho que essa diferença entre lutar a favor da liberdade e lutar contra o algoz traz uma característica muito forte do pensamento anarquista. (NEXA 2013, grifo nosso)

Este modo de atuação se produz desta maneira não apenas por uma vontade de não repetir o modo de fazer política da esquerda tradicional, ou da simples vontade de produzir algo inovador, mas acima de tudo por causa do prazer que essas práticas lhes proporcionam, de um desejo de fazer algo de que podemos gostar, que dá prazer, distanciando-se da ideia de sacrifício como elemento necessário do agir político. Quando o grupo, especificamente Vera, fala sobre este assunto, retomam o pensamento de Roberto Freire e também o contexto da militância durante a ditadura civil militar. Ao mesmo tempo, a ideia de indissociabilidade entre militância e prazer, entre vida e ação política é entendida pelo grupo como algo que extrapola a política *strictu sensu*, devendo ser afirmada em outras dimensões da existência, como é o caso da produção intelectual, que não pode negar a vida, mas afirma-la de maneira alegre:

E aí tem uma questão também importante, que tem a ver com isso, que é a ideia do prazer. Neste sentido de que, Roberto que foi esse anarquista, escritor, e ele era militante da AP em São Paulo, da Ação Popular, e também foi preso, torturado várias vezes e ele trazia dentro, não só ele, mas muitos anarquistas, sempre, eu acho que é uma grande marca do movimento anarquista no mundo, as experiências das escolas livres, com a relação ao amor e outras experiências, era de que maneira essa militância essa relação com a ideologia, deveria sempre permanecer, guardar sempre, muita força e enfim, o prazer. E uma das grandes conseqüências dessas experiências todas no Brasil, e não só no Brasil, é de como a militância transformou esses seres humanos em pessoas muito duras, muito frias, muito embotadas, muito, perderam seu horizonte bastante de serem pessoas sedutoras, prazerosas e amáveis e amantes e interessadas e interessantes [...] E eu acho que uma das experiências durante aqueles anos, e agora claro, olhando para trás, mas eu acho que é isso, como é que a gente pode ser militante e ser alegre e feliz, e continuar amando? De fato, o que aconteceu com muitas pessoas,

que tiveram as famílias destroçadas, destruídas, pessoas que tiveram surtos esquizofrênicos, lógico que por conta fundamentalmente deste poder do Estado mas também porque optou-se por uma vida onde quase se negava a vida para se viver. Negava uma vida pessoal, negou-se amores, negou-se possibilidades de vida naquele momento. E, eu acho que a gente precisa recuperar isso dentro da política. Como que eu posso ser uma pessoa que tem engajamento político, ideológico sem que eu deixe de viver, de amar. Eu estou me suicidando de uma outra maneira. Então eu acho que é uma tentativa, não é porque eu acho que todos que fazem escrachos, ou que estão nos partidos, mas isso é uma leitura, mais geral. De como que é, os meios não podem justificar os fins, nem os fins justificar os meios. Tem haver construção prática de discussão teórica e de interferências e práticas, elas tem de algum modo dialogar com isso, para a gente, não se perder porque é muito fácil a gente, até no âmbito acadêmico, a gente faz um mestrado, um doutorado e negar vida em nome de uma tese. Então não é só no campo político, partidário, mas neste embate de ideais, que às vezes a gente esquece de si né. (NEXA 2013)

Então para o grupo, a liberdade de suas ações é importante. Lutar para a liberdade e não contra algo, para eles ajuda a não criar um outro tipo de configuração de estado de forças de núcleo duro, que podem dizer novamente para a sociedade o que tem que fazer ou deixar de fazer. Para eles também as suas ações não tratam de só condenar o fato de tortura, da violação dos direitos de um segmento da sociedade mas a busca de promover a resistência e a liberdade.

Além da liberdade outro aspecto muito caro ao grupo é a questão do prazer. O prazer que envolve suas ações é algo que o grupo acredita que diferencia eles de outros movimentos sociais, e quando eles são perguntados sobre como se sentem quando fazem as intervenções o prazer é algo recorrente:

Fico com esta sensação que estou conseguindo fazer algo que é diferente das manifestações, quando, enfim, as vozes dissonantes vão às ruas, para falar sobre alguma coisa acho que, acaba produzindo e repetindo este discurso que já está um pouco chato, tá enfadonho. Me sinto fazendo alguma coisa um pouco mais interessante assim. Dá uma sensação de prazer, de adrenalina também, me sentindo mais viva, fazendo isso. (NEXA 2013)

O atual contexto urbano em que as forças repressivas da prefeitura e do estado vem atuando de forma sistemática na coerção dos movimentos reivindicatórios produz uma espécie de prazer aumentado, um “extra” no que diz a respeito ao prazer:

Tem um prazer também especial neste momento que gente está vivendo mais recentemente com esta prefeitura, em que está havendo uma atuação muito forte da repressão à ocupação do espaço público, intervenções, quaisquer intervenções públicas. Então neste momento em especial conseguir um grupo de 4, 5,6 pessoas se reunir, ir a um lugar escolhido pelo próprio grupo, chegar num poste ou numa árvore em frente de prédio e fixar uma placa produzida por nós, que fique ai o tempo que for, mas o simples fato de ter conseguido fazer isso é uma

conquista muito grande diante do que está acontecendo neste momento aqui na nossa cidade. Tem o valor a mais neste momento, eu acho que teria um valor em qualquer momento, mas acho que neste momento tem ainda mais. A gente conquistou subir num poste e colocar uma placa, algo que hoje em dia está sendo difícil, bem difícil. (NEXA 2013)

Em determinado momento, definem o que sentem como um prazer “subversivo”, uma vez que em diversas ocasiões há uma presença do Estado, através de um funcionário da prefeitura ou soldados das forças armadas.

Além de sentir que eles estão fazendo algo prazeroso, diferente, e até subversivo, o grupo também afirma que a “materialização” da ação depois de um processo de discussão é algo muito importante. As placas também produzem o que eles denominam como “uma cartografia afetiva das placas”:

Mas é muito interessante [...] porque muitas placas duraram muito tempo, e até independente do tempo eu ia falar isso também fica uma outra relação da gente com cada um destes lugares onde nós fomos e colocamos a placa. Refaz a nossa relação com estes lugares. Até lugares que, por exemplo eu nunca freqüentei, como a 28 de setembro, não é a minha área, não é um lugar que eu freqüento e conheço. Mas estabeleceu uma relação minha com aquele lugar, minimamente, mas estabeleceu assim como todos os outros. (NEXA 2013)

Outra é esta coisa de materializar. Então a gente fica cansado de ir as tantas reuniões, fez tanta coisa, e colocar a placa é algo tão rápido mas ao mesmo tempo tem um significado que às vezes é muito maior de todas as reuniões. E mesmo as placas que a gente já colocou, viram para mim uma cartografia afetiva das placas, de lembrar de todas as placas, e mesmo as que foram tiradas, que dá um pouco da sensação de que alguém leu, foi provocado ao ponto de sentir que era necessário arrancar aquilo dali. Então, dá uma raiva claro né, porra, filho da puta, tirou a porra da placa. (NEXA 2013)

Este ponto que Felipe levanta também é algo que retomaremos em seguida mas importante de ser frisado, a percepção do grupo quando a placa é retirada. Embora sintam raiva, como relatado acima, para o grupo provocar alguém a ponto de fazê-lo se sentir tão incomodado pela placa e retirá-la é algo importante. Este fato gera nos integrantes do grupo uma sensação que é a um só tempo de raiva e alegria, “um sentimento de perda e vitória ao mesmo tempo”, dissolvendo-se num plano a um só tempo político e subjetivo as supostas oposições entre estas emoções:

Vera: Também uma outra coisa interessante sobre este sentimento e esta questão da retirada da placa. Para mim, uma coisa que é paradoxal quando uma placa some, falo “porra” mas de outro lado eu fico feliz, “Yes!” Uma vitória né. Por que cumpriu seu papel por outro lado.

Felipe: Atingiu né.

Vera: Atingiu que alguém tirou a placa é um sentimento de perda e de vitória ao mesmo tempo. Yeah, que bom! (NEXA 2013)



## Quem tem medo da verdade?

Algo que fica claro nas palavras no grupo é a importância do debate sobre “verdade” ou, como preferem afirmar, sobre as “verdades”. Desde o começo do coletivo, quando eles ainda eram um grupo de estudo, eles têm procurado discutir isso. Como vimos, no ciclo de seminários “Verdades e Existências” em 2011 temas foram levantados e discutidos, um deles a Comissão Nacional da Verdade, que naquele momento ainda era um projeto de lei<sup>10</sup>.

Para o grupo “a produção de verdades” é um processo, não é algo dado. Para o grupo, a verdade é similar à existência humana, sempre está mudando e se transformando, a verdade como a existência é algo “*que vem sendo definido e não algo a ser desvelado como verdadeiro*” (NEXA 2013). Este processo pode ser exemplificado por exemplo pelo processo que o grupo faz, a pesquisa de pessoas, como escolhem as pessoas e a elaboração dos textos das placas.

A informação utilizada nas placas provém do livro *Direito à Memória e Verdade* da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que saiu em 2007. Segundo o grupo, a maior parte desta informação foi coletada e entregue pelos familiares e não houve grandes pesquisas por parte da própria Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, mas, foram feitas algumas investigações e pesquisas de arquivo especificamente com os casos envolvendo mortes. Ou seja, o livro se ancora nas informações dos familiares e em suas pesquisas levadas a cabo de modo pessoal.

O grupo entende que por vezes o livro não é muito claro sobre o que aconteceu com a pessoa desaparecida ou assassinada. E isso torna seu trabalho de elaboração de texto para a placa mais complexo. Tem um caso que eles levantaram em nossa conversa para exemplificar isso:

---

<sup>10</sup> A lei 12.528 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi sancionada em novembro 2011 e só começou seu mandato em maio 2012.

Vera: Teve um caso que a gente teve que discutir muito, às vezes por que [...] ele ficou registrado como suicídio, agentes chegaram na casa do cara e o cara numa luta corporal com os agentes caiu pela janela, caiu não, que ele se jogou pela janela.

Manu: Que ele levou um susto e se jogou pela janela, algo assim...

Renata: Algo assim, então tiveram vários casos que a gente teve que discutir de que maneira a gente ia escrever naquela placa...

Vera: Colocar assassinado naquela placa?

Renata: É.

Vera: Torturado? Não, não sei. Mas o que aconteceu naquela luta corporal? Será que teve tortura também? Enfim foram cuidados que a gente tomou e por isso não foi fácil decidir o que se colocar na placa. (NEXA 2013)

O caso de Israel Roque, acima descrito, também não está claro, não se sabe se ele desapareceu em 1964 ou 1967.

Mas qual o critério de escolha de certas pessoas e não de outras? Primeiro, eles escolheram pessoas que tem ou tiveram uma ligação pessoal com integrantes do grupo, e em seguida lugares mais emblemáticos da repressão no Rio de Janeiro, DOPs, DOI-CODI por exemplo. Porém, houveram dois outros critérios que o grupo colocou como importantes. Primeiro, eles não escolheram as pessoas propositalmente em função do grupo ao qual o militante pertenceu e não colocaram esta informação nas placas, porque entendem que o grupo não pode ter mais importância que as pessoas, em grande parte dos casos, jovens, que lutaram e deram a sua vida por um ideal de liberdade. Esta questão é assim analisada:

Então a gente não colocou em nenhuma placa se era membro de ALN, ou membro da AP, ou membro... até para esta questão também, a gente discutiu [...] que a gente não queria fazer qualquer tipo de apologia aos grupos [...], a idéia era falar sobre pessoas, seres humanos naquela época, tinham 16, 17, 19 anos, pelo menos a maioria tinha esta idade, eram jovens e estavam naquele momento de guerra instaurada no Brasil estavam acreditando e lutando pela liberdade, com erros e acertos, com descaminhos, mas era isso, eram jovens que lutavam, e foram mortos, brutalmente mortos, assassinados, pelos agentes do Estado como o apoio da sociedade civil. (NEXA)

Por outro lado, o grupo afirma que para eles foi importante destacar casos menos conhecidos, de pessoas comuns que foram vitimadas pela ditadura mesmo sem ter relação com nenhum tipo de luta de resistência. Essa escolha deliberada tem por efeito, por um lado, combater a tendência da esquerda tradicional de louvar seus mártires (que a aproxima muito dos militares) e, por outro, de evidenciar a dimensão gratuita, absurda e obtusa impressa nas ações de um Estado autoritário. Como coloca Felipe:

Algo que é interessante também é "qual história? " Sempre se fala das estrelas, histórias e tal. Se vai pegando uma por uma estas historias menores assim

também é legal. Por exemplo a coisa daquela placa que a gente colocou na Cinelândia, de duas pessoas que morreram na Cinelândia do dia 1 de abril de 1964 no dia do golpe. Uma delas era mãe de um militar, que tinha ido ao Clube Militar para ver se tinha notícias sobre o filho e no meio da confusão ela levou um tiro e morreu. Então assim não é um militante, mas é uma história, que tem que ser contada. Como assim vai ser esquecida? Não era um herói, um mártir e tal. (NEXA 2013)

### *Momento atual das Comissões da Verdade*

Este processo de produção de verdades pelo NexA vem num momento de disputas sobre as verdades na sociedade brasileira contemporânea. O Brasil vive um momento histórico em que (para alguns segmentos da sociedade, porque não há um diálogo ou debate público amplo) a verdade sobre a ditadura civil militar está no centro do palco, com a criação da CNV e mais ou menos 70 comissões estaduais, municipais e institucionais.

A lei da Comissão Nacional da Verdade (12.528/2011) foi sancionada em novembro de 2011 com um mandato de dois anos, e é atribuída a ela a missão de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada oficialmente em maio de 2012, logo depois da posse dos comissionados foi decidido que o foco seria o período da ditadura civil militar de 1964 a 1988. A Comissão brasileira é a última de várias da região da América Latina, já houveram comissões da verdade na Argentina, Chile, Guatemala, Colômbia e Peru. Depois de mais que 20 anos da luta de movimentos sociais e com dois outros elementos importantes: o III Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) e a Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da “Guerrilha do Araguaia” de novembro de 2010<sup>11</sup>, o governo elaborou esta comissão que para muitas vem tarde e vem com muitas lacunas e problemas. Mesmo que a CNV realize audiências públicas o processo não tem sido muito aberto ao público, as audiências públicas são limitadas a locais “centrais” como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e houve até agora poucos momentos de discussão entre a CNV e movimentos engajados no campo de memória, verdade e justiça. Não publicaram até hoje uma metodologia sobre seu

---

<sup>11</sup> O III Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) que teve um processo de conferências com movimentos sociais, constou com a proposta da criação de uma comissão da verdade sobre a ditadura civil militar, e a Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da “Guerrilha do Araguaia” de novembro de 2010, acelerou este processo, ao destacar em seu texto a importância das Comissões da Verdade,

trabalho, e só desde o começo de 2014 que eles estão publicando relatórios parciais sobre as investigações. Paralelamente ao trabalho da CNV houve um movimento capilar de comissões menores, por exemplo estaduais, municipais, institucionais e setoriais, algo que não houve em uma outra experiência de comissão da verdade as quais as vezes tem escritórios locais. O processo da CNV tem promovido, diretamente ou indiretamente<sup>12</sup>, discussões sobre o período da ditadura civil militar, seja na produção de filmes, seja em eventos culturais, seja sobre reivindicações sobre espaços de memória sobre a época ou seja a volta de discursos pró-golpe e pró-ditadura. Este momento coloca em cheque os consensos sobre a verdade e a memória do período da ditadura-civil militar, especificamente da verdade e memória criada pelas forças armadas e os dirigentes do regime militar, não só governamentais mas também empresariais.

Porém, mesmo dentro deste movimento, do segmento liberal, da esquerda, ou centro-esquerda, há disputas sobre a verdade e memória. O Caso de Quintino, levantado pelo grupo, demonstra como uma verdade hegemônica se constrói:

Felipe: Até assim, é curioso assim pegar isso em relação a Chacina de Quintino, não sei se vocês viram, mas eu achei isso um absurdo. Porque foram 4 pessoas que morreram né. Só que uma delas, que há uma questão, no meio da investigação que eles fazem. Uma delas era um cara, eram uma organização de luta armada, e ai eles roubaram carros para fazer as ações e eles tinham uma garagem onde guardavam estes automóveis. Daí tinha um cara que eles contratavam para tomar conta dos carros. Então no dossiê, naquele livro, como eles não se aprofundaram no que de fato aconteceu, deu nome destes quatro, dos três que foram mortos dentro da casa, e este cara que tomava conta dos carros, que também foi assassinado. No livro que eles não conseguem se dar conta da participação deste cara, então ele está incluído. Na investigação agora que no ato que a Comissão da Verdade [Estadual, do Rio de Janeiro] fez, eles só fizeram sobre os três que morreram dentro da casa, o quarto que tomava conta da garagem não se falou porque no final de contas ele não era militante [falas dos outros] então assim, e foi aceito, passou batido na audiência pública lá, “não é, o Wilton não era militante, então reserva de lado aqui, e vamos falar destes três, estes três sim foram...”

Vera: No que na verdade eles [agentes do Estado] pegam este cara achando que era militante, torturam ele, e ele entrega o endereço desta casa.

Felipe: Exatamente.

Vera: E daí a polícia vai lá, e entra com metralhadora [barulho de metralhador], não teve, o que se imaginava, que foram, que a polícia foi recebida a bala....

Felipe: O que eu soube lá, soube lá por trás, foi o seguinte: que eles conseguiram, para conseguir desmontar está história, conseguiram depoimentos de pessoas que eram da Valpalmares que estão vivas hoje. E ai um cara que deu, ajudou com

---

<sup>12</sup> Digo “processo” da CNV porque é difícil mensurar se é a própria CNV que promoveu este momento de rever esta época. E muito mais fácil dizer que são movimentos ou indivíduos aproveitando (no melhor ou pior sentido da palavra) este momento.

a investigação mas deu compromisso de não nomear ele, e ai foi um cara que já tinha sido pego e sobre tortura para não abrir o aparelho de Quintino e abriu a garagem achando que não teria ninguém, daí os policias foram à garagem, acharam o cara e torturam ele, acharam o aparelho... e aí a Comissão decidiu não falar sobre o cara, o que eu achei, um absurdo, pois eles conseguiram comprovar que foi morto pelo Estado .... Enfim...

Vera: É esta outra discussão grande do que no Brasil também né...

Felipe: E passa pela questão sobre militância, pelo status que se dá, esta coisa do que é um crime político. O que é considerado crime político. (NEXA 2013)

Além deste conflito sobre a verdade que se impõe como hegemônica no Estado democrático, ainda há a disputa com as forças armadas e os segmentos mais conservadores da sociedade. Isso é revelado com a retirada das placas. O grupo não sabe quem retira as placas, mas tem certeza de que as placas são retiradas por autoridades do Estado ou das Forças Armadas. O ato de não se respeitar esta intervenção urbana é revelador de que há setores poderosos da sociedade brasileira que buscam ativamente esconder as verdades que lhes são inconvenientes, simplesmente suprimindo vetores (como as placas) que poderiam abrir no espaço público um debate sobre os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.

Como vimos no relato da re-colocação da placa sobre o DOPS/RJ, a Polícia Civil a retirou após algumas semanas. A entrevista foi feita antes da segunda retirada. Um integrante do grupo afirmou que ele considera estranho que a placa tenha sido retirada neste caso, uma vez que ela não disse nada que seja desconhecido. A retirada das placas e o pequeno intervalo em que elas ficam expostas ao público é reveladora, segundo o grupo, da fragilidade de nossa democracia e da correlação entre rua e espaço público. Afirma ele:

Tem uma coisa assim dessa placa que a gente recolocou na polícia. Essa coisa de que a gente está colocando uma placa que é baseada num livro oficial, a gente não está falando absolutamente nada demais. Mas a sensação de que a gente está fazendo alguma coisa extremamente proibida e que vai dar merda a qualquer momento é muito louca. Esta placa que a gente colocou no prédio, do palácio da polícia, ela não disse absolutamente nada, nada demais, ela só disse uma coisa que é totalmente do senso comum, de que ali funcionou o DOPS, uma coisa assim banal, mas ao mesmo tempo é proibida, a gente sabe que lá não é bem aceito, não é de bom tom, provavelmente ela já foi retirada [pela segunda vez]. Então, não sei de onde veio esta frase do que **as placas são tão frágeis, quanto a nossa democracia** né. É bem isso, passou a ditadura, acabou, mas não fala disso, esquece... (NEXA 2013, grifo nosso)

O jogo de instalação e retirada das placas revela que há ainda uma disputa entre várias “verdades” por vários segmentos da sociedade brasileira. Há aquela que vem desde o término da ditadura civil militar, que é a verdade militar e conservadora que procura esconder a violência estatal e promover como o golpe foi necessário para conseguir controle dos grupos radicais e promover o desenvolvimento do país. Mas também há a criação de uma verdade hegemônica do Estado democrático sendo construída pelas pessoas encarregadas pelo trabalho de construir a verdade sobre a ditadura civil militar, que hoje tem o poder de escolher as suas “verdades” e memórias.

Para o grupo o seu trabalho é uma ferramenta ou uma contribuição para não só desconstruir as verdades dos militares mas para questionar a criação de uma verdade hegemônica, que privilegia uns e desqualifica outros.

Um dos integrantes por exemplo menciona uma metáfora ouvida numa audiência pública, onde um familiar, disse: “Querem que a gente vire a página desta história? Mas eu posso ler esta página antes de virar? Eu quero ler o que está escrito antes de virar”:

Vera: Eu acho que isso é a missão, este momento brasileiro que a gente está tentando ler. Tem pessoas que não estão deixando a gente ler, querem que a gente salte alguns parágrafos mas a gente quer ler esta página, talvez depois a gente vire mas essa é uma decisão futura, se eu vou reler a página, ou voltar à página um, talvez eu vire a página dez, mas eu quero ler a página dez antes de virar. E eu acho que tem uma...

Renata: E as placas contribuem para ler esta página, para esta leitura... (NEXA 2013)

As placas ajudam não a desvelar e ou enquadrar uma verdade, mas são um esforço para contribuir para a construção processual de verdades. Isto é claro quando o grupo fala sobre a importância da sua atuação enquanto *intervenção* e não enquanto *política pública* porque as autoridades acabam criando uma verdade oficial hierarquizada sem discutir as questões que o NexA procura refletir. Isto é algo que será discutido na próxima parte que trata a questão urbana e sua relação com a atuação do NexA.

## **“El que perdure es el que viene espontáneamente”**

No começo de novembro de 2013, participei de vários eventos que tiveram como foco a “justiça de transição”, especificamente a função da “memória” neste campo principalmente em respeito às políticas de memória. As políticas de memória são algo que não foram discutidos no Brasil no que tange à ditadura civil militar, porém há várias experiências sobre isto no Cone Sul: Argentina, Uruguai e Chile. Em três eventos – um seminário organizado por duas ONGS no Rio de Janeiro sobre a Justiça de Transição no Brasil, o Seminário sobre o prédio do Antigo DOPS do Rio de Janeiro, e o “ato” em frente ao DOPS, tive a oportunidade de conhecer o trabalho do Archivo Provincial de Córdoba, um espaço de memória sobre a ditadura na cidade de Córdoba na Argentina, através de uma funcionária do próprio instituto.

Numa discussão, durante o seminário, com a presença de acadêmicos e ativistas brasileiros, argentinos, peruanos, estudantes, ex-presos políticos e pesquisadores (na verdade, várias vezes as pessoas eram tudo isso ao mesmo tempo), sobre as políticas de memória e como no Brasil especificamente no Rio de Janeiro poderiam ser elaboradas e implementadas, Fabíola Heredia do Archivo Provincial de Córdoba em Argentina, destacou o trabalho do Archivo Provincial, destacando o fato deles serem uma instituição do Estado, mas que não esperam o Estado para fazer as ações e intervenções de memória na cidade, ela argumentou que: “el que perdure es el que viene espontáneamente”, esta frase ajuda a introduzir este trecho do trabalho. A discussão aqui é sobre como este tipo de intervenção que parece tão não-permanente pode ter algum efeito na cidade e em seus moradores. Há, por exemplo, a possibilidade de um tipo de pedagogia, de promover a difusão da informação? Há a possibilidade de mudar o significado da cidade para os moradores, ou para os integrantes do grupo, quando é divulgado publicamente que alguém foi desaparecido, torturado, preso naquele lugar, quando antes era só um lugar de passagem. Como se produz esta mudança de significado?

Na conversa que tive com o grupo, a permanência ou não-permanência foi algo que eles mencionaram sem eu perguntar, algo que o grupo achou interessante sobre sua

atuação. Para um integrante do grupo a não-permanência é muito mais interessante porque gera uma reflexão sobre o que está escrito, as verdades; a colocação e a retirada significa que elas são importantes para alguém mas também incomodam outrem. Eles apontam que, se esta ação fosse institucionalizada ou promovida pelo Estado não teria o mesmo impacto ou não causaria este tipo de rica reflexão que eles produzem:

Meu medo é esse, se defina por decreto ou por lei não terá a devida reflexão do porquê que é assim ou não. Assim como nesta questão de uma substituição de um modo de um governo por outro de uma maneira um pouco simplista, um pouco rápida que pode gerar extermínio de outras vozes. E temos que pensar que outras vozes são essas, que outras minorias são estas e como que a gente pode pensar essa convivência que sempre vai ser um embate, lutas e resistências mas numa maneira mais plural, mais múltipla mesmo. (NEXA 2013)

A intervenção não institucionalizada então abre para a possibilidade de reflexão e discussão sobre o que está sendo feito e porque gera incômodo para alguns segmentos da sociedade, algo que no contexto atual governamental não teria espaço. Como foi visto, um dos objetivos centrais das intervenções do grupo é estabelecer conexões entre o passado e o presente, entre as violações de direitos humanos do passado e do presente. Então, um Estado que hoje viola direitos não tem legitimidade, do ponto de vista do grupo, para fazer homenagens aos mortos e desaparecidos da ditadura. Há também uma preocupação do grupo sobre a tendência do Estado em selecionar aquilo que interessa a ele, de se valer da informação para a construção de uma verdade hegemônica,

Eu acho que passa também por uma coisa assim de, em relação a Comissão da Verdade, de uma disputa pela verdade hegemônica. Então até então a verdade que era instituída pela Estado era verdade dos militares digamos. E agora temos uma presidente que foi presa e torturada e nós temos todo um grupo político que hoje esta instituído, que agora também se preocupa com a memória daquele período. Então tornar essa política de colocar estas placas nós colocamos instituída pela prefeitura acaba desconectando de algo que para nós é um dos objetivos que é fazer conexão das pessoas desaparecidas e mortas do passado com as do presente. Quando a Prefeitura resolve colocar em relação aos mortos da ditadura ela já estabelece uma hierarquia, digamos um limite, um status que é assim, então, a prefeitura vai colocar placas no lugar em que todas as pessoas que morreram assassinadas por agentes do Estado... Será que eles vão se propor a fazer isto? É claro que não!! Então eles escolheram um período que é hoje considerado um outro status e ai eu acho que tira do significado de colocar esta placa muito do potencial que a gente acredita que é de lembrar da resistência, que é diferente da Prefeitura ir lá e simplesmente fazer em homenagem. Para mim tem totalmente outro significado. (NEXA 2013)

Então, para o grupo, a institucionalização do seu trabalho tiraria um aspecto importante, não só na pluralidade de vozes e verdades, mas também na ligação entre o passado e o



presente, algo que eles acreditam que não seria feito pelo governo numa política pública. Esta ligação e discussão não são feitas, na opinião do grupo, devido a um certo desejo de segmentos da sociedade brasileira de resolver, solucionar, de acabar com este tipo de assunto, algo que possa “esvaziar” este tipo de intervenção de significado,

Vera: Mas acho também que o risco que se corre e deste tipo de esvaziamento como foi o esvaziamento de quando é decretado a anistia, é como se, “então tá tudo resolvido né, então vamos botar nomes, vai ter um monte de placa agora, então beleza, né? Mas não me vem questionar a partir disso, não quero discutir, eu quero acabar com esta história” até porque no Brasil há uma relação muito direta com jogo de bicho, e como pessoas que eram agentes de tortura, estão ligados ao jogo de bicho, à Escolas de Samba, ainda em relação, há muitos que são mais velhos, mas que ainda estão nas delegacias...

Felipe: na indústria da segurança...

Vera: na indústria da segurança, então tem toda uma relação muito presente ainda, e é claro que a esses, não interessaria essa reflexão. (NEXA 2013)

Mesmo com a questão de não-permanência e não-institucionalização da intervenção do NexA, eles têm a opinião de que as placas, e as outras intervenções tem um valor pedagógico, e há uma possibilidade de informar os transeuntes. M, por exemplo, colocou uma experiência que ele teve no dia 31 de março, aniversário da “Revolução de 64”,

A placa, além do sentido geográfico tem o sentido histórico de juntar a geografia e a história, então eu tenho essa preocupação, ...a gente fez uma ação há um tempo atrás na porta do Clube Militar, e todo dia trinta e um de Março, eles dão uma palestra, eles comemoram o que eles chamam de Revolução Democrática - “Eles chamam de Revolução Democrática” - e a gente fez uma ação. Nós fomos fantasiados, nos maquiámos, nos fantasiámos de zumbi e fomos pra porta do Clube Militar, os oficiais lá todos entrando e a gente lá de zumbi com panfletos, com os nomes das pessoas que desapareceram, que morreram, foi bem legal, e eu lembro de uma amiga nossa que participou da ação que disse uma coisa, ela foi também, ela participou e ela foi barrada, em certo momento ela foi barrada por um segurança do Clube Militar, e o cara falou “não, você não vai entrar” e ela foi explicando isso pra ele, o que foi a Ditadura Militar e tal, foi a Rosânia né? E ela foi explicando para ele e ele assim, não sabia, não sabia o que foi a Ditadura Militar, um jovem que devia ter entre vinte ou vinte e cinco anos e o cara não sabia né, e quando a Rosânia falou ele disse “Porra, vocês estão certos” e tal! (NEXA 2013)

Para o grupo, as placas têm o sentido de informar ao público, especialmente às gerações que não eram vivas durante a ditadura civil militar, sobre o que aconteceu e para questionar o senso comum que é escutado por muitos sobre a necessidade do golpe e, ou de como a ditadura era melhor que a democracia. Para eles é fato que a Comissão Nacional da Verdade tampouco está atingindo a grande maioria da população do Brasil. Para o grupo a CNV não consegue se comunicar com o grande público, só com grupos pequenos que já estão engajados neste campo. Como Renata argumenta, o trabalho do

NexA pode espalhar este tipo de informação para o público que normalmente não sabe nada da CNV,

a população comum, a população geral, não faz contato com isso [o trabalho da CNV], e a grande parte da população quer conhecer, sabe, ou reconhece, que tudo isso aconteceu mas ainda não faz contato e quando começa ter a placa aqui, uma placa ali, que conta a história de uma pessoa que tem um nome que não é um nome famoso porque ainda teve essa coisa que a gente discutiu em certos momentos, tem as estrelas, da ditadura as estrelas que sofreram, foram assassinadas ou torturadas ou desaparecidas e que os nomes são conhecidos por todos. Só que esta lista de nomes ela é imensa e a gente começou a pesquisar, ler e tal, e trazendo nomes que não costumam ser comentados em lugares que nunca foram citados onde aconteceram coisas muito importantes e eu acho que isso tem um valor de espalhar e de trazer essas outras pessoas, esses outros espaços para evidência, para alguma evidência. Mesmo que seja uma evidência mínima como uma placa numa rua pouco movimentada que vai durar uma semana. Mas mesmo assim ela vai estar ali ela vai se comunicar com um público que talvez, essa outra parte que está acontecendo não vai se comunicar. (NEXA 2013)

Vimos que o grupo acredita que as placas (e também as outras intervenções urbanas) tem o poder de informar partes do público, criar um tipo de pedagogia na/da cidade para aquelas que não conhecem o assunto e também de gerar uma reflexão profunda que políticas públicas não necessariamente teriam como promover.

Mas o que estas intervenções, placas, informações, significam para o espaço urbano na relação entre os seus moradores e a cidade? Para o grupo há uma ligação entre a geografia e a história através da cartografia que gera um ressignificado de local principalmente para eles, mas também para as pessoas que veem as placas,

a placa tem também esse poder re-significar os lugares, que é uma coisa que a gente quis interferir, a cartografia se relaciona muito com a placa por isso, porque ela tem este poder de você pegar uma esquina que de repente não tinha significado nenhum para você, de repente você percebeu que tal pessoa passou por tal situação aqui, foi aqui que aconteceu e tal, então isso é uma coisa que, enfim, a gente quis brincar com esses significados até a estética da própria placa tem a ver, se misturar com a imagem que você tem de uma placa, porque a gente poderia colocar, simplesmente pichar, ou colocar uma faixa, ou enfim, falar no megafone, enfim, fazer de outra forma. Mas ao fazer uma placa que se insere dentro dos códigos da cidade, de sinalização ela consegue comunicar diretamente. (NEXA 2013)

Como já vimos as placas tem como criar uma cartografia afetiva para o grupo, lugares que não freqüentava ou não conhecia com a colocação da placa tem um outro significado para as pessoas envolvidas. Eles mencionam que tem uma maneira de provocar a participação ou a articulação com outras pessoas. Houve um relato de quando

uma placa foi retirada e depois achada por alguém, que procurou o grupo para devolver. Essa pessoa sugeriu colocar placas para travestis que foram assassinados no mesmo período, alguém do grupo falou que parece algo bobo mas na verdade é muito forte quando percebe que as placas mexeram com alguém nesta maneira.

Durante a pesquisa sobre manifestações urbanas, a arte e atividades culturais como crítica política, ficou claro a semelhança entre NexA os discursos de um grupo e movimento de pensadores e ativistas, chamado *Internacional Situacionista*. Este grupo se organizou durante os anos cinquenta e sessenta para criticar a situação urbana naquela época, em 1957 por exemplo, eles propuseram as seguintes palavras de ordem: urbanismo unitário, comportamento experimental, propaganda hiperpolítica, construção de ambiências, finalizando “Já se interpretaram bastante as paixões; trata-se de descobrir outras” (JACQUES 2003, p. 58).

Este grupo acreditava que as mudanças políticas para serem feitas tinham que acontecer no cotidiano, acreditava que a cidade estava cada vez mais cheia de propaganda (política e de consumo) e que cada vez mais havia menos espaço para os moradores participarem na sua cidade. Era necessário a criação de mudanças no espaço urbano e então no comportamento cotidiano para mudar as nossas cidades. Isto é muito similar à reflexão dos integrantes do NexA.

Para fazer estas mudanças os situacionistas desenvolveram a proposta da criação (ou construção) de momentos, situações que poderiam mudar o cotidiano das pessoas que usam o espaço urbano. Para eles uma “situação construída” era um “momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos” (JACQUES 2003, p. 64). A elaboração destas situações é muito similar à construção das atividades do NexA, seja a colocação das placas, seja o Bloco de Ordem (que veremos no último capítulo). Os situacionistas pensaram que tem que ter um aspecto de amor, pode dizer prazer, sentido pelas pessoas envolvidas, “Cada participante deve encontrar desejos precisos de ambiências *para realiza-los...* cada um deve procurar o que ama, o que o atrai” (JACQUES 2003, p. 62). A partir deste amor, ou prazer, devem ser construídas “situações”,

A orientação realmente experimental da atividade situacionista consiste em estabelecer, a partir de desejos reconhecidos com maior ou menor clareza, um campo de atividade temporária favorável a esses desejos. Só o seu estabelecimento pode esclarecer os desejos primitivos e o aparecimento confuso de novos desejos cuja raiz material será a *nova realidade* construída pelas construções situacionistas. (JACQUES 2003, p.62)

A arte e atividade cultural devem ser usadas nestas situações “como método de construção experimental da vida cotidiana”, até porque a arte deve “deixar de ser um relato sobre as sensações para tornar-se uma organização direta de sensações superiores. Trata-se a produzir a nós mesmos e não coisas que nos escravizam” (JACQUES 2003, p.73). O que é muito similar a fala de Vera e Felipe sobre a elaboração do “ativismo” e de fazer algo mais “corporal”.

Para os situacionistas o uso da arte, cultura nestas situações sempre tinha que estar fundamentado na mudança na realidade cotidiana. As atividades sempre devem não só criticar o que está errado naquele momento mas também criar e inventar “novas leis”. Para os Situacionistas,

Uma ação revolucionária na cultura não pode ter por finalidade traduzir ou explicar a vida, mas deve expandi-la. É preciso repelir a infelicidade seja onde for. A revolução não consiste em saber a que nível de produção chega a indústria pesada, nem em quem será o seu dono. Além da exploração do homem, devem ser extintas paixões, as compensações e os hábitos dela decorrentes. Precisam ser definidos novos desejos, de acordo com as possibilidades de hoje. Já se devem encontrar, no auge da luta entre a atual sociedade e as forças que a vão destruir, os primeiros elementos de uma construção superior do meio, bem como novas condições de comportamentos. Isso a título de experiência e de propaganda. Tudo mais pertence ao passado e com ele colabora. (JACQUES 2003, p. 53).

Para os Situacionistas era sempre importante chegar uma liberdade maior, usando sempre novos instrumentos e comportamentos, mas que para isso, era sempre melhor contestar os valores e culturas já existentes (JACQUES 2003, p. 53), acredito que as placas podem ser vistas como uma maneira de contestar os valores atuais (e do passado) da sociedade brasileira.

Não somente a necessidade de ser experimental e contestadora, mas também a temporalidade destes momentos é importante para os situacionistas, algo que faz relação com a discussão sobre a “temporalidade” da atuação do NexA. Para os situacionistas é a temporalidade que se interessa, porque faz parte da vida real, para eles “A ideia de eternidade é a mais grosseira que um homem possa conceber a respeito de seus atos”

(JACQUES 2003, p.57). O grupo não sustenta um conceito contínuo da vida, mas na verdade, mesmo sendo um desafio,

A atitude situacionista consiste em apostar na fuga do tempo, ao contrário dos procedimentos estéticos que tendem a fixar a emoção. O desafio situacionista à passagem das emoções e do tempo seria o de superar sempre mais a mudança, indo ainda mais longe no jogo e na multiplicação de períodos emocionantes. (JACQUES 2003, p.58)

Para eles a situação construída, ou o “momento”,

O “momento” é sobretudo temporal, faz parte de uma zona de temporalidade, não pura mas dominante. A situação, estreitamente articulada no lugar, é toda espaciotemporal [...]. Os momentos construídos em “situações” poderiam ser considerados como os momentos de ruptura, de aceleração, *as revoluções na vida cotidiana individual*. (JACQUES 2003, p. 122)

Estas percepções, pensamentos, e escritas do grupo situacionista se relaciona com a discussão e crítica da atuação do grupo NexA. O que podemos ver é que na verdade a impermanência, a temporalidade faz parte da criação de uma crítica a contexto urbano, e também à política mais amplamente falando (violência do Estado, repressão etc.)

Além do momento em si, e a sua temporalidade, há também o aspecto da relação do momento ou situação com o espaço urbano e também a pessoas envolvidas (não só envolvidas na situação mas também na cidade). Os situacionistas falam de psicografia, o “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos”, e o psicogeográfico, “o que manifesta a ação direta do meio geográfico sobre a afetividade (JACQUES 2003, p. 65). O psicogeografia pretendeu cultivar uma consciência das diferentes maneiras no que a realidade quotidiana era controlada e condicionada, para as situacionistas só uma consciência das influências do ambiente existente poderia promover uma crítica à vida quotidiana, que normalmente nós ignoramos (PLANT 1992). Aqui existe uma relação entre as falas dos integrantes do NexA que citaram como seus mapas afetivos da cidade tinha mudado com a colocação das placas e que eles esperam isso para pessoas que podem ver as mesmas, como o exemplo da senhora que achou a placa caída no chão e também um exemplo que foi dado quando um dos integrantes mostrou para um colega de trabalho uma placa no Centro, que quando viu quis saber mais sobre esta placa de outros locais. A colocação das placas tem como mudar o local para a pessoa que colocou e a viu.

Há outras questões levantadas pelo grupo que se encontram com as escritas do grupo de quase cinquenta anos atrás, especialmente sobre o seu entendimento de apropriação (ou institucionalização) de suas ações.

Como vemos os integrantes do NexA se preocupam sobre os impactos de uma “institucionalização” deste tipo de atuação. O grupo situacionista já se pronunciou sobre esta questão no final dos anos cinquenta. Para eles o governo, ou o grupo em poder (a burguesia), normalmente se opõem a criação intelectual e artística nova, para depois apropriar-se dela:

Uma das contradições da burguesia, em sua fase de liquidação, é portanto a de respeitar o princípio da criação intelectual e artística, opondo-se inicialmente a essas criações, para depois utilizá-las. Porque ela precisa manter uma minoria com senso crítico e de pesquisa, mas sob a condição de dirigir essa atividade para disciplinas utilitárias estritamente separadas, e afastar assim toda a crítica e pesquisa de âmbito mais amplo. (JACQUES 2003, p.44)<sup>13</sup>

Há uma semelhança entre o discurso dos Situacionistas da década de cinquenta e a preocupação do grupo com a ‘institucionalização’ deste tipo de trabalho, é claro na fala de V. que ressalta “fosse a Prefeitura que fizesse este tipo de trabalho” ou se fosse decretado, não teria a devida reflexão para a criação de uma política pública similar ao processo de reflexão que existe no trabalho do NexA.

Um outro ponto importante é de que o NexA gostaria que seu trabalho atingisse mais pessoas que a Comissão Nacional da Verdade, de pessoas que passam nas ruas e vejam as placas. Isto é algo que os situacionistas também destacam, que os trabalhos apropriados pela “burguesia” novas atividades ou tendências são isolados dos segmentos que talvez apoiariam mas que não tem as condições sociais para participar (JACQUES 2003, p.44).

A ação do NexA não pretende desvelar uma verdade sobre a ditadura civil militar mas quer mostrar como há desvios e flexibilidades dentro das verdades, e mostra como

---

<sup>13</sup> Aqui acho que valha mencionar que na tradução ao inglês, a frase usada no lugar de “afastar assim toda a crítica e pesquisa de âmbito mais amplo” é mais clara, e enfática “avert any *holistic* critique and *experimentation*” (Report in the Construction of Situations and on the International Situacionist Tendency, grifos meus).

as verdades são construídas. Para os integrantes do grupo a verdade que é tida como algo desvelado é no entanto algo ditatorial no qual há uma verdade soberana que é extremamente excludente. Então seu trabalho é de expandir a noção de verdades sobre experiências durante a ditadura. Isto é algo discutido nas escritas dos situacionistas, onde eles ressaltam que uma ação revolucionária deveria “expandir” a experiência cotidiana: “Uma ação revolucionária na cultura não pode ter por finalidade traduzir ou explicar a vida, mas deve expandi-la” (JACQUES 2003, p. 53).

Finalmente, ainda nos anos cinquenta e sessenta os Situacionistas estavam preocupados com a quantidade de propaganda visível no espaço urbano. No *Relatório sobre a construção de situações*, os Situacionistas colocam que,

A decomposição [ideológica] está em toda parte. Já não se trata de uso maciço da publicidade da publicidade comercial que influencia cada vez mais os juízos sobre a criação cultural, o que era um processo antigo. Chegou-se a um ponto de ausência ideológica em que só funciona a atividade publicitária, com exclusão de qualquer juízo crítico prévio, mas não sem provocar um reflexo condicionado do juízo crítico. (JACQUES 2003, p. 49)<sup>14</sup>

Esta preocupação está também presente na fala de M. quando cita a cidade do Rio de Janeiro sendo “bombardeada visualmente como propaganda, propaganda, propaganda”, a cidade está poluída pela propaganda. Então como uma placa pequena e não tão colorida como tantas outras distrações visuais vão atrair os olhos das pessoas passando? Novamente, podemos voltar ao pensamento situacionista de que movimentos devem se apropriar da cultura existente para fazer o trabalho, então o NexA utiliza uma placa que parece oficial para colocar uma informação, a atividade consegue brincar com a ideia de informação oficial e ao mesmo tempo se diferenciar da propaganda de consumo.

---

<sup>14</sup> Aqui novamente acho que a tradução em inglês é mais clara na segunda frase, “We have arrived at a stage of ideological absence in which advertising has become the only active factor, *overriding any preexisting critical judgment or transforming such judgment into a mere conditioned reflex.*” (grifos meus).

## “Bloco de Ordem”

No Rio, na década de 10, as autoridades locais contrataram arquitetos e paisagistas estrangeiros para promover planos de embelezamento da cidade. Objetivava-se montar verdadeiros “cartões de visita” para atrair o capital estrangeiro. Os pobres e mendigos eram recolhidos das ruas como vagabundos. Muitos deles, sem casa nem local de moradia, passavam as noites em pensões, dormindo até nas escadas, para fugir das “borrachadas” da polícia. (GOHN 2001: 63)

Na citação acima a autora está descrevendo a situação do começo do século XX, mas a questão permanece atual e contemporânea: ela poderia estar se referindo ao século XXI. Neste momento, por exemplo, estamos vivenciando no Rio de Janeiro uma política pública de higienização e ordem no tratamento de moradores de rua e usuários de drogas, especialmente *crack*, travestida num argumento de atenção em relação a estes grupos.

É preciso salientar, porém, que este tipo de política pública não se limita a esta situação. Trabalhadores informais, ambulantes, têm diariamente suas mercadorias e equipamentos recolhidos pela Guarda Municipal, órgão repressivo responsável por operacionalizar a política de “ordem pública”, e como Nathalia Azevedo Santos argumenta estas são um investimento contemporâneo na criação de novas imagens oficiais da cidade, para ela:

No que tange à construção de imagens oficiais, esta instituição pode ser entendida como um mecanismo extremamente eficaz, pois opera, com sucesso, nos dois sentidos pretendidos: na criação de imagens de cidade “bem vista” aos olhos estrangeiros, mas também na criação e oficialização de novas compreensões da cidade por parte da população, como forma de legitimar o projeto de cidade pautado pelas lógicas vigentes do mercado. (SANTOS 2012, p.12)

E as imagens então, oficiais se confundem com desejo de cidade por parte da população (SANTOS 2012, p.12).

Desde os anos noventa vem sendo possível observarmos uma continuidade destes discursos de higienização e embelezamento da cidade, porém, com um viés diferenciado. Vivemos nos últimos anos a elaboração de uma política pública de ‘ordem pública’ que faz parte de um esforço de criar uma certa imagem de cidade, que vem da lógica



empresarial e do planejamento estratégico. Para identificar a natureza dos modelos de cidade e planejamento da mesma, como Vainer (2011, p.3) afirma,

O primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas... no lugar de planejamento urbano, compreensivo, fortemente marcado por uma ação direta do estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende ser flexível, amigável ao mercado (*Market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*Market orientated*).

Nesta nova perspectiva de cidade não há espaço para divergências políticas e ideológicas, em vez disso, só há interesses, para Vainer, 'Na verdade, há apenas um único, verdadeiro, legítimo interesse, a produtividade e a competitividade urbanas, condição sine qua non do crescimento' (VAINER 2011, p.6).

Com a conseqüente inserção de uma ideia neoliberal, a cidade é cada vez mais tida como, não somente uma empresa mas inclusive como uma mercadoria e uma pátria (VAINER, 2000, p. 77). As políticas das cidades são baseadas no planejamento estratégico, que visa cada cidade como uma unidade competitiva do mundo capitalista. Este tipo de projeto de cidade, promovido pelos planejadores catalães durante e depois dos Jogos Olímpicos em Barcelona, influenciando a criação do Plano Estratégico do Rio de Janeiro em 1993, "implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende [...] do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições do exercício da cidadania" (Vainer 2000, p.78). A cidade deve gerar lucros que dificilmente são auferidos pela população que em geral vive nos grandes centros urbanos, até porque na verdade a cidade está sempre sendo promovida para o exterior. Como afirmam Castells e Borja, defensores e promotores do planejamento estratégico:

O Governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços... que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações'. (Castells & Borja em VAINER 2000, p. 80)

Como afirma Vainer, os visitantes e usuários insolventes não são bem vindos, "o direito à cidade, neste caso, passa a ser diretamente proporcional ao índice de solvência dos estrangeiros e visitantes. Aquilo que, de certa maneira, já é uma realidade, transforma em projeto, em estratégia de promoção da cidade" (2000, p. 80). Para o autor, através de

suas leituras de material sobre este planejamento estratégico, e algo que acredito que estar sendo implementado no Rio de Janeiro:

A analogia cidade empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, ... meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos do poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais. (VAINER 2000, p. 89)

Já 15 anos atrás o autor qualificou o que ele acreditava que estava em marcha na cidade no Rio de Janeiro, acredito que pode descrever o atual contexto urbano.

Se se toma a experiência do Rio de Janeiro, em que um consórcio empresarial e associações patronais, em *parceria* com a Prefeitura, conduziram o processo de maneira absolutamente autoritária e fechada à participação de *segmentos de escassa relevância estratégica*, talvez se devesse falar de *democracia direta da burguesia*. Numa outra direção, poder-se-ia enfatizar a passagem do despotismo tecno-burocrático com pretensões a produtivizar a cidade e os cidadãos. (2000, p. 90)

Cada vez mais a cidade vive sem discussões e disputas políticas plurais. A mesma é dirigida por metas empresariais, sem tempo para refletir sobre o que é a cidade e a cidade que a população quer. Para a construção deste projeto de cidade e para que ele seja exitoso, é necessário o apoio da população, ou seja, é preciso um consenso.

Isto é criado através da elaboração de uma imagem totalizante da cidade que pretende criar um consenso sobre as políticas urbanas, “A imposição do consenso está associada com a necessidade de conformação *total* em torno dos projetos do planejamento estratégico, e a criação de imagens oficiais das cidades é peça chave na despolitização deste processo” (SANTOS 2012 p.24). Vivemos um momento em que as imagens sobre as cidades são de síntese, consensuais, onde não se encontra conflito, é criada a imagem de uma cidade apolítica (SANTOS 2012 p. 24; JACQUES 2009). É interessante mencionar aqui um exemplo de um evento cultural na cidade que aconteceu em 2013 e continua até 2016, ano das olimpíadas aqui no Rio de Janeiro. O evento se chama OiR e pretende colocar obras de arte na cidade, Um evento com parceiros públicos (O Governo do Estado do Rio e o Governo Municipal e Ministério de Cultura) e privados (HSBC e Oi). Visa a promoção, visibilidade e democratização da arte (Release

OiR) de uma perspectiva de fora, de valorização da cidade através de olhares estrangeiros:

O nome OiR – “Rio” escrito ao contrário – se refere à ideia de pensar a cidade numa maneira diferente. O projeto tem como objetivo revitalizar e atualizar a tradição de invocar o olhar do estrangeiro sobre a paisagem do Rio de Janeiro, iniciado quando os aventureiro e navegadores europeus nas suas primeiras expedições atracavam seus navios na baía na tentativa de descobrir e traduzir os mistérios do novo território. Mais recentemente, esta tradição foi retomada nos ensaios dos pensadores ilustres como o antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss e o escritor austríaco Stefan Zweig.<sup>15</sup>

A arte não é vista como uma maneira de diversificar a cidade, de pensar numa cidade diferente, mais artística ou até mais democrática, de valorizar artistas da cidade, mas como uma maneira de promover a cidade para os olhares de fora. Para promover a cidade para o exterior algum tipo de *marketing* para mostrar a cidade ao seu melhor. A cidade precisa ser vista como um lugar de segurança, turismo e cultura, aqui um exemplo claro deste tipo de planejamento.

O exemplo de Choque de Ordem é importante para entender com não só a imagem que os que estão no poder querem produzir mas também como que as políticas possam sustentar estas imagens, como coloca Nathalia Azevedo Santos (2012) em sua discussão acerca de vários acadêmicos no âmbito político, filosófico e de planejamento urbano (2012). Como vimos ela argumenta, através da análise da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e seu “Choque de Ordem”, que estes mesmos são mecanismos de investimento de novas imagens oficiais, esta política pública não só tem um caráter repressivo direto mas também busca silenciar as maneiras de dizer a cidade (SANTOS 2012, p.12). As imagens, criadas pela SEOP e suas ações,

Funcionam no sentido de elaboração e corroboração de *verdades* a serem estabelecidas, ou seja, imagens criadas com a pretensão de instituir e; ou ratificar determinadas concepções de cidade, tidas como dadas. Instituinto assim, uma cidade única, total e assumida como verdadeira, neste caso “a cidade em ordem”, contra a cidade entendida como “caótica” e “desordem”. (SANTOS 2012, p. 13)

---

<sup>15</sup> Tradução minha do Inglês: “*The name OiR—“Rio” spelled backwards—refers precisely to the idea of thinking about the city in a different way. The project aims to revive and update the tradition of invoking an outsider’s gaze over the Rio de Janeiro landscape, initiated when adventurers and European explorers in the earliest expeditions moored their vessels in the bay to attempt unveiling and translating the mysteries of the new territory. More recently, that tradition was revisited in the essays of illustrious thinkers such as Franco-Belgian anthropologist Claude Lévi-Strauss and Austrian writer Stefan Zweig.*” (Release OiR)

É importante também ressaltar que as imagens não são apenas peças de *marketing*, para mascarar as intenções do poder público, mas são ferramentas importantes para compreender o mundo, de mudar as percepções imaginárias da cidade, o que Santos argumenta interfere na criação da própria cidade (SANTOS 2012, p. 38).

Pegamos, por exemplo, a frase usada no Rio de Janeiro nos últimos anos, “EU AMO, EU CUIDO” ou “QUEM AMA, CUIDA” Aqui esta frase parece algo racional, se eu gosto da minha cidade, onde eu vivo, racionalmente eu vou cuidar dela. Não há como questionar isso. Não há espaço para o morador questionar porque o Estado está mandando ele ‘cuidar’ da sua cidade, porque seria ‘irracional’ ele não cuidar da cidade onde cresceu, vive e, logicamente, “ama”.

O papel da política de ordem pública é muito importante neste processo, ela não só ajudar a criar uma imagem de ordem, de paz, de uma cidade maravilhosa para os olhares estrangeiros, sejam estes empresariais ou turísticos, mas promovem um exemplo de como a autoridade é criada e como culturas podem ser mudadas quando as coisas passam a ser ‘indiscutíveis’ (SANTOS 2012, p.93). A política pública de ordem pública contribui com estes processos em vários níveis. Primeiramente, ela consegue criar uma sensação de desordem na cidade, algo que é importante para a sua própria legitimação e implantação. Vale lembrar que, como Vainer afirma, não é apenas preciso criar um consenso sobre a cidade mas também é preciso uma *sensação generalizada de crise* o que necessita um grande esforço para superá-la, o que possibilita a criação de parceria público-privado, e também o apoio do público (VAINER 2000, p. 93).

No nível mais superficial a política tira o que é tido como sujo, ou promovendo ‘desordem’ das ruas, moradores de rua, ambulantes, barracas comerciais, deixando a cidade “limpa” e “ordenada”, em outro nível ela constrói seus próprios conceitos, o que é ordem ou que é desordem, criando uma forma de ver e lidar com a cidade. Santos (2012) nos lembra do trabalho de Foucault, algo que acredito ser importante destacar aqui. A política de ordem pública consegue criar um ‘fazer viver’, “ensinar a viver dentro de uma nova perspectiva”, ou seja, de ordem e desordem e de um público ou coletivo feito de indivíduos, um corpo social em que cada indivíduo é responsável e responsabilizado pelo

'bem-estar' e imagem da cidade, e que estes indivíduos podem ser vigiados e controlados (SANTOS 2012, p. 97 e p. 104). Vemos como o governo consegue criar 'autoridade' legítima ao denotar uma imagem da cidade, e então uma "certa cidade". Os que estão no poder podem tirar as pessoas da rua porque conseguem criar uma nova maneira de ver e viver a cidade, suprimindo qualquer discussão política que questione esta imagem higienizada de cidade.

Através da discussão da política 'Choque de Ordem' e o evento cultural OiR fica clara a elaboração e continuação de um planejamento urbano que elimina o espaço político, qualquer espaço de discussão sobre a (imagem da) cidade e que promove o envolvimento direto do capital no planejamento urbano.

Além da intervenção das placas, como vimos, o NexA tem feito outras intervenções urbanas, sendo uma o Bloco de Ordem, o outra um bloco de carnaval onde eles cantam uma marchinha de carnaval crítica ao Choque de Ordem e se vestem como agentes do estado, especificamente guardas municipais. Conforme Vera afirmou na entrevista:

De como tantos usuários de crack, ambulantes, prostitutas, tudo isso tem que ser limpo da cidade, a cidade tem estar preparada para as Olimpíadas para Copa e a eugenia, que se produz no Rio de Janeiro hoje. Esta limpeza urbana, e limpeza social, e comportamental que vem sendo feita, de fato visivelmente no Rio de Janeiro onde parece que a cidade não pode ser mais vivida nem ocupada pelos seres humanos que ali habitam. (NEXA 2013)

Para o NexA, sua atuação tem dois aspectos interessantes no que diz respeito ao contexto atual no Rio de Janeiro. De um lado, eles colocam que sua atuação pode mostrar seu pertencimento na cidade, algo que é necessário neste momento repressivo no/do espaço urbano, quando não há espaço político para a grande maioria. Como coloca Vera,

Então acho que também [a atuação do coletivo] é símbolo de pertencimento porque eu pertence a esta cidade, eu me dou o direito de intervir nesta cidade a partir dos elementos que eu tenho, das informações que eu tenho, e a necessidade que... É uma produção de subjetividades e uma produção de verdades então, que necessariamente é feita. Se ela não é feita ela não é uma cidade, ela não me pertence, e eu nem pertence a ela, portanto não posso nem vivê-la, viver nela, e viver com ela, e essa sensação de se manifestar intervindo, ela é consequência deste tipo de reflexão também. (NEXA 2013)

Para NexA os movimentos sociais tradicionais não conseguem lidar com estas questões, para participar efetivamente, eles teriam que intervir na cidade,

Parece que eu tenho uma voz ativa porque eu estou no microfone no carro de som e tem pessoas fazendo o trajeto que estou propondo a fazer e tal, mas não me dá a impressão de que é de fato uma intervenção ali sendo feita. É inócuo. Foi talvez interessante, produziu resultados um tempo atrás, mas eu acho que hoje essa militância tem que ser repensada, ser resignificada, se não, não é de fato uma militância, não vejo como algo que se coloque de maneira clara, e que enfim, mais interessante, interessada no que está acontecendo, acho que caiu no vazio, ou abrir espaço para colocar coisas interessantes, mas depois elas vem sendo perdidas nestas articulações de jogos políticos que acontecem por ai, que está acontecendo com a própria Dilma, foi, que apoia este governo, tanto que Cabral, tanto o governo de Eduardo Paes, mesmo sendo uma militante, e torturada e tudo mais, então estas contradições dos jogos políticos. (NEXA 2013)

Além da necessidade de procurar maneiras novas de intervir e participar, a repressão no espaço urbano também é um elemento central que permeia a atuação do grupo na cidade. A fala de Renata aponta para este aspecto:

Tem um prazer também especial neste momento que a gente está vivendo mais recente na prefeitura especialmente está tendo uma atuação muito forte na repressão à ocupação do espaço público, intervenções, quaisquer intervenções públicas. Então neste momento em especial conseguir um grupo de quatro, cinco, seis pessoas, se reunir, ir até um lugar escolhido pelo próprio grupo, chegar num poste ou uma árvore em frente de prédio e fixar uma placa produzida por nós, que fique ali o tempo que for, mas o simples fato de ter conseguido fazer isso é uma conquista muito grande diante do que está acontecendo a este momento, aqui, na nossa cidade. Tem um valor a mais neste momento, acho que teria um valor em qualquer momento, mas acho que neste momento tem ainda mais porque a gente sempre acha que podem vir pra cima da gente, porque está havendo esta repressão, então acho que isso também nos dá uma sensação maior de conquista. A gente conquistou subir num poste e colocar uma placa, algo que hoje em dia está sendo difícil, bem difícil. (NEXA 2013)

Algo interessante sobre as intervenções é que na maioria das colocações das placas há um agente do Estado presente, seja funcionário da prefeitura ou também das forças armadas, normalmente este indivíduo apenas observa a situação. Isto aponta de algum modo para o caráter “subversivo” da sua atuação. Mas eles colocam como um ponto importante a destacar, que isto não seria tão fácil para outros grupos, especialmente em função da questão da discriminação racial que é um fator-chave para compreensão da atuação das forças repressivas do Estado:

Mas a gente só consegue colocar esta placa porque nós somos assim ô, estas caras, tudo mundo branco [...] Tudo mundo branco, e se veste de um determinado jeito. E a gente chegar com uma determinada postura, bota uma escadinha, e abre, e tal, se não fosse assim, bastaria ser um grupo de 4 pessoas negras, que certamente aquele carinha lá da Prefeitura imediatamente ia chegar, pelo menos para perguntar, provavelmente impedir. (NEXA 2013)

Em conexão com a intervenção das placas para o grupo é muito importante fazer a ligação entre passado e presente. Como colocamos anteriormente, vários traços de repressão, autoritarismo e violência presentes na ditadura civil militar continuam atualmente, e o grupo quer destacar este fato. Na própria placa, como vimos, está escrito “Aceitar a tortura no passado é se conformar com a tortura no presente”.

## 6. Considerações Finais

No dia 26 de junho de 2014, Dia Internacional contra a tortura, a campanha OCUPA DOPS, integrada por vários grupos e indivíduos, inclusive integrantes do grupo aqui estudado, se preparava para relançar seu manifesto com a adesão de mais 33 entidades. O grupo decidiu aproveitar de um decreto municipal que autoriza e incentiva o grafite em tapumes de obras para fazer uma chamada nos tapumes que cercam as obras feitas no prédio do antigo DOPS.

O grupo chegou no local por volta de 19:30 para iniciar o trabalho de escrever “OCUPA DOPS – Pela Memória da Resistência – 26 de junho – Dia Internacional de Combate a Tortura” no tapume. Porém, o grupo foi impedido por cerca de oito policiais civis que alegavam que a mensagem representaria uma ofensa à polícia civil do Rio de Janeiro. Naquele momento só havia sido possível escrever o nome da campanha “OCUPA DOPS”.

O grupo foi conduzido à 5aDP para averiguação, que é ao lado do prédio em questão. Primeiro, a polícia registrou uma acusação de “dano ao patrimônio público” contra o grupo. Ficou claro no depoimento do grupo que ainda hoje o espaço público não está livre para qualquer tipo de intervenção artística ou política, que há sim resistência do poder público e suas instituições de deixar o espaço público ser realmente público e participativo:

Diante do fato de que realmente há uma lei municipal que autoriza e incentiva o grafite em tapumes de obras, uma dúvida pairou sobre as autoridades: Como iriam tipificar aquele “crime”?

Do lado de fora, um ex-militar que se dizia ofendido com a intervenção artística disse que “aquilo não é arte, é vandalismo”. Respondemos com tranquilidade que “vandalismo” é o estado em que Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro deixou aquele prédio, deixando-o cair aos pedaços por dentro e abandonando arquivos públicos que lá estão entregues a ratos, baratas, sol e chuva.

Ao final, depois de realizada perícia [...]a mando do delegado de plantão e chegada a conclusão de se tratava de um “fato atípico” (fato não criminoso), restou a questão: Se os policiais chegaram à conclusão de que não estávamos cometendo nenhum crime, seria possível então concluir a intervenção artística a que nos propusemos? A resposta foi reveladora. Disseram as autoridades que poderíamos escrever o que quiséssemos em qualquer outro tapume, menos no da polícia [...]; que poderíamos “pregar nossa ideologia” em qualquer outro lugar; e que intervenção artística é uma coisa, mas o conteúdo político não era adequado,



poderia soar como ...subversivo [...]. Quando já nos despedíamos dos advogados em frente à delegacia, o delegado de plantão novamente nos abordou em tom de ameaça: “Vocês não vão voltar lá para arrumar confusão não, né? Na próxima eu crio um crime pra vocês! ”. Questionado ironicamente se ele teria esse poder, a autoridade naturalmente respondeu que “sim”!

A 5aDP é a sede da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e abriga o gabinete da chefia da instituição e onde se concentram as investigações sobre manifestantes e ativistas políticos. É ali que estão sendo abertos inquéritos policiais que visam intimidar a atuação política de manifestantes e ativistas submetidos à “criatividade” do autoritarismo estatal.

Apesar de as mensagens não serem ofensivas em relação a Polícia Civil do RJ; de expressarem algo que é de conhecimento público, como o fato de que naquele prédio funcionou o DOPS/RJ; e de clamarem pelo fim da tortura, algo a que a Polícia Civil do RJ não deveria se posicionar contra; a forma como eles se sentiram atingidos por estas frases demonstra uma continuidade do autoritarismo da ditadura, que não se restringe a uma simples coincidência de endereços.<sup>16</sup>

Este trabalho propôs-se a discutir o impacto de intervenções artísticas no espaço urbano especificamente as que tratam de lembrar a violência, opressão e repressão dos anos da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1988). Como parece frequente em trabalhos etnográficos, a experiência com o grupo através de entrevista e observação/participação em intervenções do grupo NexA abriu uma discussão sobre questões importantes atuais sobre movimentos sociais urbanos e política urbana. Como vemos o NexA é uma expressão de um mundo possível que possibilite multiplicar e experimentar a realidade atual.

Entendo que o grupo põe em discussão a percepção corrente de que haveria uma suposta “superação” dos movimentos sociais que se baseiam numa ideologia política. De nosso ponto de vista, este grupo é um exemplo do que Starhawk (2002) coloca como espécie de “pré-configuração do mundo que queremos”. Nesse sentido, o grupo NexA tenta não simplesmente rejeitar ou restringir certas táticas mas buscar ações que preconfiguram e incorporam o mundo que desejam criar, demonstrando uma tentativa de se abrir discussões que hoje se encontram fechadas ou recalcadas. O grupo é diferente dos outros grupos do campo dos grupos de defesa de direitos, pois buscam fazer algo inovador com base na liberdade e no prazer, o que acaba criando uma relação subjetiva com o espaço urbano. Em suas intervenções o que é importante é a liberdade, o prazer, a ampliação das “verdades” ou em outras palavras a de colocar em xeque os consensos

---

<sup>16</sup> Este relato foi divulgado por e-mail aos integrantes do OCUPA DOPS depois do ocorrido.

atuais, porque o consenso é do autoritarismo e não de uma sociedade plural (FREIRE E BRITO 1984, p. 23).

A proposta de desvelar a verdade do período ditatorial também possui sua importância. Eles acreditam no processo de criação de verdades e não o “desvelamento” da verdade. O grupo questiona diretamente a elaboração da verdade hegemônica como no Caso de Quintino. A retirada das placas representa que ainda existem setores que buscam ativamente esconder fatos ocorridos no período da ditadura. No DOPS/RJ, por exemplo, a placa que tentaram instalar apenas ressalta o que já se sabe sobre o local, mas setores ainda tentam esconder até mesmo aquilo que parece já sendo de conhecimento comum. Como Felipe comenta na entrevista “as placas são tão frágeis, quanto a nossa democracia”.

A discussão do NexA e a retomada da proposta de trabalho dos Situacionistas induziu à criação de intervenções políticas no espaço urbano de caráter fugaz, temporário e minoritário. Através das intervenções o grupo pode conseguir também atingir grupos que usualmente não teriam acesso a informações sobre a memória de um certo lugar. Também conseguem fazer uma ligação entre a resistência e violência do passado e do presente, que o Estado e vários outros segmentos e poderes da sociedade não desejam fazer. Se entendemos que “toda a cidade é, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais sobre o espaço” (Bronislaw Baczko em SCHINDEL 2009, p.67) a ressignificação destes espaços pela colocação de placas é algo que não se limita a fazer “representações” do que aconteceu ou que está acontecendo, mas tem a potência de “mobilizar sentidos”, de não representar uma memória cristalizada do passado ou uma simples denúncia, mas que é possível transformar o espaço urbano e a maneira na qual a população vê a cidade ou mesmo se vê na cidade.

O trabalho do NexA não se limita a fazer uma conexão entre repressão, resistência e violência do passado com a do presente, mas também uma crítica a atual política e planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. No momento em que a cidade se faz para a interesses econômicos globais, o trabalho deles demonstra não somente existir repressão a certas intervenções no espaço chamado público, mas também que existe um

esforço do poder público em criar imagens e imaginários oficiais da cidade. Vimos por exemplo o caso de um grande evento cultural (OiR) e da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e o Choque de Ordem, que não somente visam criar uma imagem para o estrangeiro mas também visam criar um consenso da população carioca sobre as necessidades da cidade e como viver na cidade, e finalmente “silenciar as maneiras de dizer a cidade’ (SANTOS 2012). Como vimos nos trabalhos de Carlos Vainer (2000; 2011) e Natalia Santos (2012), as imagens da cidade, e conseqüentemente a cidade em si, estão sendo criadas visando promover uma cidade para o mercado global e não para o bem-estar da população carioca. Através de políticas como o Choque de Ordem é criada uma nova maneira de viver a cidade para que os moradores aceitem não a repressão direta de pessoas na rua (sejam moradores de rua, sejam camelôs, sejam movimentos sociais) mas também as restrições na sua imaginação e criação do que é para eles a cidade do Rio de Janeiro.

Então o que esta chamada ‘democracia direta da burguesia’ ou ‘ditadura gerencial’ (VAINER 2000, p.83), com este tipo de repressão e autoritarismo, esta falta de espaço de conflito, estas imagens totalizantes no e do espaço urbano significam para os movimentos sociais e sua atuação no espaço urbano? Não estamos numa ditadura civil militar como no período de 1964 e 1988 no Brasil, porém vários traços autoritários e repressivos continuam até hoje, atingido os mais vulneráveis (trabalhadores informais, moradores de rua, etc.) aqueles que mais “incomodam” governantes e a elite (trabalhadores informais, moradores de rua e os movimentos sociais). Os movimentos sociais e os que “vagabundeiam” na cidade continuam sendo criminalizados, algo que vem muito antes da ditadura civil militar, a cidade não é um lugar da democracia e da diversidade. Como Fernanda Sanchez coloca, “as imagens –síntese da cidade (...) constituem –se na negação de possibilidade de existência de outras imagens e leituras” (Fernanda Sanchez em SANTOS 2012, p. 26). Isto é algo que não conseguiremos discutir exaustivamente aqui devido a limitações de uma monografia, porém, pudemos mostrar e analisar como a repressão e o autoritarismo na cidade rebatem sobre as ações do coletivo NexA.

As intervenções do NexA demonstram a importância de movimentos sociais e seu trabalho de colocar em xeque concepções oficiais sobre a cidade. A política pública sobre a cidade e seu planejamento não é bastante para ter uma cidade “vivível” para seus moradores, um discurso que vimos desde meados do século passado. Mesmo sendo um grupo pequeno, eles pretendem criar “rupturas” no cotidiano urbano para mostrar como é importante colocar os consensos em xeque. Como Vainer escreve, “ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora” (VAINER 2000, p. 101). Como vimos no relato acima, sobre o evento do OCUPA DOPS, os espaços urbanos não são democráticos, o caráter “público” ou “democrático” do espaço urbano é relativo.

Para alguns este grupo e suas intervenções podem ser uma gota no oceano de problemas urbanos, porém acredita-se relevante aqui as palavras de Gandhi: “Qualquer coisa que você faça será insignificante, mas é muito importante que você faça”.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, ROBERTO & BRITO, FAUSTO. **Utopia e Paixão**: A política do cotidiano. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

GOHN, Maria de Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOHN, Maria de Glória. **Movimentos sociais e redes mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES 2009. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso em 2 jun. 2014.

NEXA, **Entrevista com o grupo NexA**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2013. Entrevista concedida a Amy Westthrop.

PLANT, Sadie. **The most radical gesture**: The Situacionist International in a postmodern age. London: Routledge, 1992.

RELEASE, OiR., International exhibition of public art transform Rio de Janeiro into museum al fresco. Rio de Janeiro: Canivello, sem data.

SANTOS, Natália Velloso, **Políticas da ordem**: poder e imaginação na criação da cidade olímpica. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. **Política y Cultura**, Mexico, nº31, pp. 65-87, primavera, 2009.

STARHAWK. **Webs of Power**: Notes from a global uprising. Gabriola Island: New Society Publishers, 2002.

VAINER, C. B., *Patria, empresa e mercadoria*. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 75-104.

\_\_\_\_\_. Cidade de Exceção: reflexão a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**. 2002, vol.8, n.1, pp. 113-148.

ESCRACHO expõe mais um torturador do período da ditadura. **Comissão Pastoral da Terra**, 19/06/2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/53-cupula-dos-povos/1124-escracho-expoe-mais-um-torturador-do-periodo-da-ditadura>> Acesso em 02 jun. 2014.